



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 29

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Sessão Conjunta

Em 25 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1º — Ao Projeto de Lei nº 2.203-B-64 na Câmara e nº 203-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e funções gratificadas do Quadro do Pessoal de Secretaria e Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências (veto total);
- 2º — Ao Projeto de Lei nº 2.352-A-64 na Câmara e nº 219-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências (veto total);
- 3º — Ao Projeto de Lei nº 2.247-A-64 na Câmara e nº 237-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, e dá outras providências (veto total);
- 4º — Ao Projeto de Lei nº 2.267-B-64 na Câmara e nº 199-64 no Senado, que dispõe sobre a unificação de frequência da corrente elétrica no País (veto parcial);
- 5º — Ao Projeto de Lei nº 12-64 (C.N.), que reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências (veto parcial);
- 6º — Ao Projeto de Lei nº 24-64 (C.N.), que altera dispositivos da Lei número 4.122, de 27 de agosto de 1962, que constitui a Siderúrgica de Santa Catarina S. A., e dá outras providências (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Materia a que se refere
Nº	Nº	1º Veto
1	1	Totalidade do projeto
		2º Veto
2	2	Totalidade do projeto
		3º Veto
3	3	Totalidade do projeto
		4º Veto
4	4	Parágrafo único do art. 2º
		5º Veto
5	5	Art. 22 e seu parágrafo
6	5	Art. 23
		6º Veto
7	6	Art. 6º

Sessão Conjunta

Em 29 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 1/65 (C.N.), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que acrescenta parágrafo ao art. 157 da Constituição.

Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 28 de abril próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 2.362-E, de 1963, na Câmara e nº 278, de 1964, no Senado) que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais sem prejuízo da matéria para ela anteriormente anunciada.

Senado Federal, 24 de março de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal
no exercício da Presidência

Sessão Conjunta

Em 30 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-63 na Câmara e nº 207-64 no Senado, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Disposição a que se refere
1	Do art. 4º, ns. I e II, as palavras: "e moeda metálica"
2	Do art. 4º, n. IV, as palavras: "e técnicas"
3	Do art. 4º, n. V, as palavras: "da política comercial externa e"
	Do art. 59, as palavras: "formulada pelo Conselho Monetário Nacional"
4	Do art. 4º, n. XIV, as palavras: "esterilização temporária"
5	Alínea "b" do n. XIV do art. 4º (totalidade)
6	Do art. 4º, n. XVI as palavras: "que permanecerão indisponíveis, excetuada a destinação legal"
7	Do § 3º do art. 4º, as palavras: "e inclinação"
8	Do § 2º do art. 6º, as palavras: "debatendo livremente as matérias em exame, mas sem direito de voto"
9	Do art. 7º o inciso IV (totalidade)

Sessão Conjunta

Em 31 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-63 na Câmara e nº 207-64 no Senado, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Disposição a que se refere
1	Do art. 10, n. I, as palavras: "nos termos dos incisos I, II e III do art. 4º e do art. 49 desta lei"
2	Do § 1º do art. 10, as palavras: "neste último caso"
3	Do § 2º do art. 10, as palavras: "instalar ou transferir dependências, no território nacional, alterar estatutos, modificar o capital"
4	Do § 2º do art. 19, as palavras: "de multa"
5	Do n. VIII do art. 19, as palavras: "segundo as diretrizes e normas que forem fixadas pelo Conselho Monetário Nacional"
6	§§ 3º e 4º do art. 21 (totalidade)
7	Parágrafo único do art. 30 (totalidade)
8	Do art. 46, as palavras: "as normativas e executivas"
9	Do art. 52, § 5º, alínea "b", as palavras: "na Superintendência da Moeda e do Crédito"

O Presidente do Senado Federal, a fim de dar melhor ordenação aos trabalhos do Congresso Nacional na apreciação dos vetos presidenciais pendentes de deliberação, resolve alterar as Ordens do Dia anunciadas para as sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 25, 30 e 31 de março corrente, 6, 7, 8 e 27 de abril e 26 de maio próximos, passando essas sessões a ter a seguinte destinação:

DIA 25 DE MARÇO:

- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.203-B-64 na Câmara e nº 202-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e funções gratificadas do Quadro do Pessoal de Secretaria e Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.352-A-64 na Câmara e nº 219-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.247-A-64 na Câmara e nº 237-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.267-B-64 na Câmara e nº 199-64 no Senado, que dispõe sobre a unificação de frequência da corrente elétrica no País;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 12-64 (C.N.), que reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 24-64 (C.N.), que altera dispositivos da Lei nº 4.122, de 27 de agosto de 1962, que constitui a Siderúrgica de Santa Catarina S.A., e dá outras providências.

DIAS 30 E 31 DE MARÇO:

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-63 na Câmara e nº 207-64 no Senado, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

DIA 6 DE ABRIL:

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.351-B-64 na Câmara e nº 248-64 no Senado, que dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza.

DIAS 7 E 8 DE ABRIL:

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-64 (C.N.), que regula a locação de prédios urbanos.

DIA 27 DE ABRIL:

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.350-64 na Câmara e nº 243-64 no Senado, que dispõe sobre o imposto do selo, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.661-B-61 na Câmara e nº 192-64 no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto de Radium do Estado de Minas Gerais;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.357-C-64 na Câmara e nº 257-64 no Senado, que institui, no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação, e dá outras providências;

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional.

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	50
Ano	Cr\$	96
Exterior		
Ano	Cr\$	136

FUNCIONARIOS

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	39
Ano	Cr\$	76
Exterior		
Ano	Cr\$	108

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.360-64 na Câmara e nº 271-64 no Senado, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

DIAS 25 E 26 DE MAIO:

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.223-D-64 na Câmara e nº 180-64 no Senado, que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.
Senado Federal, 19 de março de 1965. — Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1965

Suspende a execução da Lei nº 514, de 12 de dezembro de 1952 do Estado da Bahia

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão de 21 de dezembro de 1956, na Representação nº 259, do Estado da Bahia, a execução da Lei nº 514, de 12 de dezembro de 1952, do mesmo Estado, que criou o Município de Ubatã, desmembrando-o do de Ipiáu.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de março de 1965

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 1965

Suspende a execução da Lei nº 3.334, de 31 de dezembro de 1958, do Estado de Pernambuco.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 24 de maio de 1963, na Representação nº 513, do Estado de Pernambuco, a execução da Lei nº 3.334, de 31 de dezembro de 1958, que criou o Município de Pontas de Pedra, com desmembramento de Golana, no mesmo Estado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de março de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 1965

Suspende a execução da Lei nº 568, de 10 de outubro de 1951, do Estado da Paraíba.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 6 de agosto de 1954, no Recurso Extraordinário nº 23.993, do Estado da Paraíba, a execução da Lei nº 568, de 10 de outubro de 1951, do mesmo Estado, que dispõe sobre os vencimentos da Magistratura e de cargos do Quadro Único do Estado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de março de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1965

Suspende, em parte, a execução da Resolução nº 166, de 20 de outubro de 1955, da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 10 de agosto de 1964, no Recurso Extraordinário nº 54.489, do Estado de Pernambuco, a execução da Resolução nº 166, de 20 de outubro de 1955, da Assembleia Legislativa daquele Estado, na parte em que revigorou o § 8º do art. 171 de seu Regimento Interno.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de março de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 1965

Suspende a execução da Lei nº 2.478, de 5 de novembro de 1962, do Estado de Alagoas.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 3 de setembro de 1964, na Representação nº 576, do Estado de Alagoas, a execução da Lei nº 2.478, de 5 de novembro de 1962 do mesmo Estado, que criou o Município de São Marcos, desmembrado do território do Município de Major Izidoro.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de março de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1965

Suspende a execução do art. 14, da Lei nº 49-A, de 6 de dezembro de 1947, do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 3 de setembro de 1958, no Mandado de Segurança nº 5.717, do Estado do Rio de Janeiro, a execução do art. 14, da Lei nº 49-A, de 6 de dezembro de 1947, do mesmo Estado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de março de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 1965

Suspende a execução do art. 9º do Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal na sessão de 11 de

junho de 1954, no Recurso Extraordinário nº 24.276, do Distrito Federal, a execução do art. 9º do Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de março de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

ATA DA 15ª SESSÃO, EM 24 DE MARÇO DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. NOGUEIRA DA GAMA; ADALBERTO SENA e GUIDO MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.
Oscar Passos.
Vivaldo Lima.
Edmundo Levi.
Zacharias de Assumpção.
Eugênio Barros.
Joaquim Parente.
Menezes Pimentel.
Vicente Augusto.
Dix-Huit Rosado.
Dinarte Mariz.
Walfredo Gurgel.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Pessoa de Queiroz.
Ermiro de Moraes.
Silvestre Péries.
Rui Palmeira.
Aloysio de Carvalho.
Josaphat Marinho.
Raul Gluberti.
Aarão Steinbruch.
Vasconcelos Torres.
Aurélio Vianna.
Faria Azevedo.
Nogueira da Gama.
José Feliciano.
Pedro Ludovico.
Lopes da Costa.
Bezerra Nelo.
Nelson Maculan.
Adolpho Franco.
Mello Braga.
Guido Mondin.
Daniel Krüger.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º-Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º-Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Mensagem nº 24 (número de origem 43), de 22 do mês em curso, do Sr. Presidente da República — Restitui, após sanção, dois dos autógrafos referentes ao Projeto de Lei nº 2.091-B-64 na Câmara e número 321-64 no Senado, que concede a denominação de "Cidade Monumento da História Pátria" à cidade de São Vicente, no Estado de São Paulo (projeto que se transformou na Lei nº 4.603, de 20 de março de 1965).

Mensagem nº 25, de 1965

(Nº 42, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das

atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal resolvi vetar, parcialmente, considerando contrário aos interesses nacionais, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.362-E-64, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais.

Incide o veto sobre o artigo 2º Razões: O artigo em causa estabelece uma rigidez excessiva para a fixação dos índices de correção monetária pelo Conselho Nacional de Economia.

A periodicidade dos índices deverá se restabelecida de acordo com a finalidade a que os mesmos se destinam. Em alguns casos os índices deverão ser anuais (como o Imposto de Renda); em outros semestrais, trimestrais ou mesmo mensais.

Assim sendo, deverá o Conselho Nacional de Economia ter liberdade para fixar os índices de correção monetária, tendo em vista a finalidade de cada um.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 18 de março de 1965.
— H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Compete privativamente ao Conselho Nacional de Economia a fixação de índices para a aplicação da correção monetária, estipulada em lei.

Parágrafo único. A fixação desses índices obedecerá a critérios indicados em Decreto Executivo, regulamentador desta lei, baixado dentro do prazo de 30 dias.

Art. 2º O Conselho Nacional de Economia estabelecerá índices trimestrais de correção monetária, revendo-os no decênio subsequente a cada período vencido.

Art. 3º O Conselho Nacional de Economia divulgará, amplamente, o estudo completo das revisões empreendidas para a fixação de novos índices.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 23 de fevereiro de 1965. — Raineri Mazzilli — José Bonifácio. — Antez Bandra.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

Mensagem nº 26, de 1965

(Nº 46, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal.

Na forma do artigo 27 da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, tenho a honra de submeter a Vossas Excelências a indicação de Arnaldo Walter Blank, Hólio Edival de Sales

Lopes e Henrique Capper Alves de Souza, respectivamente, para os cargos de Diretor Superintendente, Diretor e Conselheiro do Banco Nacional de Habitação.

Brasília 23 de março de 1965. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

O Senhor Arnaldo Walter Blank é funcionário aposentado do Banco do Brasil S.A., onde trabalhou trinta e sete anos, tendo ocupado chefias e diretorias, inclusive a direção das Carteiras de Câmbio e do Comércio Exterior. Foi Superintendente do Banco do Brasil, foi Presidente do Conselho de Política Aduaneira, exerceu várias missões no comércio exterior. Foi Presidente do Banco do Brasil e, ultimamente, presidia a Caixa Econômica Federal do Estado da Guanabara, tendo, em menos de um ano imprimido a essa instituição de crédito extraordinário recuperação financeira.

CURRICULUM VITAE

Nascido no Estado de Minas Gerais, em 17 de abril de 1923.

Admitido no serviço do Banco do Brasil, em Teófilo Otoni, em 23 de maio de 1943.

É atualmente Subchefe de Seção efetivo, encontrando-se à disposição do Ministério da Fazenda para exercer as funções de membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro.

No Banco do Brasil exerceu diversas comissões no interior do país, fixando-se no Rio de Janeiro a partir de 1951, tendo servido na OREGE, na CACEX e na Superintendência daquele Banco; exerceu diversos cargos, sendo de destacar os de Chefe de Gabinete da Gerência da CACEX e de Chefe de Gabinete da Superintendência do Banco do Brasil.

Participou como representante da CACEX em delegações comerciais ao exterior, tendo estado em 1960 na Venezuela, Colômbia e Equador e em 1961 na União Soviética.

Serviu no exterior como Subgerente da Agência do Banco do Brasil em Santiago do Chile.

CURRICULUM VITAE

HENRIQUE FORTUNATO CAPPER ALVES DE SOUZA

Nascido em 27 de novembro de 1904, em Paris.

Diplomado como Engenheiro de minas e engenheiro químico-industrial pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, em 1930.

De 1930 a 1944 exerceu as funções de Engenheiro do Departamento de Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Ingressou em 1944 no quadro de engenheiros do Banco do Brasil.

Em março de 1948, por designação do Presidente da República colaborou com a Missão ABINAK. Ocupou os cargos de Diretor Técnico da Cia. Vale do Rio Doce e foi Diretor Industrial da ACESITA.

Professor de metalurgia na Escola Técnica do Exército em 1938.

No Banco do Brasil, do qual se afastou em diversas oportunidades para desempenhar missões oficiais ou participar de direção de empresas, exerceu funções de Assessor Técnico na extinta OEXIM e na CACEX e, finalmente, ocupava a Chefia do Departamento do Patrimônio Imobiliário.

Acha-se presentemente à disposição do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

A Comissão de Economia,

OFÍCIOS

Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1965

Nº 3.757-C, DE 1961, NA CASA DE ORIGEM)

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 130.000.000 para o fim que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o crédito especial de Cr\$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de cruzeiros), destinado à construção e pavimentação de variante à rodovia MG-56, de contorno à cidade de Ouro Preto.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1965

(Nº 236-A, DE 1964, NA CASA DE ORIGEM)

Aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, efetuado por quem não seja transportador contratual".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, efetuado por quem não seja transportador contratual", assinada em Guadalajara (México) a 18 de setembro de 1961.

Art. 2º Este Decreto-Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1965

(Nº 232-A, DE 1964, NA CASA DE ORIGEM)

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro aos termos do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e o Ginásio São Isidoro Dom Bosco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato do Tribunal de Contas da União, que denegou registro aos termos do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e o Ginásio Salesiano Dom Bosco, destinado à aplicação da verba de Cr\$ 1.353.040, correspondente

a 63% das dotações de 1963, para a ampliação e melhoramentos do prédio da referida Entidade, realizado em 19 de março de 1964.

Art. 2º Este Decreto-Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1965

(Nº 185-A, DE 1964, NA CASA DE ORIGEM)

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União que recusou registro ao contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Sr. Otávio Miranda e sua mulher, Dona Erminda Crillete Miranda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o ato do Tribunal de Contas da União que recusou registro ao contrato celebrado em 1º de dezembro de 1953 entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Senhor Otávio Miranda e sua mulher, Dona Erminda Crillete Miranda, para financiamento das obras destinadas à irrigação das terras de sua propriedade, situadas no Município de Campo Maior, Estado do Piauí.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1965

(Nº 186-A, DE 1964, NA CASA DE ORIGEM)

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatória do registro de concessão de reforma a Excedente Flor, Capitão da no posto de Tenente-Coronel, superior ao devido.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantida a decisão do Tribunal de Contas da União, exarada no Processo nº 1.830-63, denegatória ao registro de concessão de reforma a Excedente Flor, Capitão Especialista em Fotografias da Aeronáutica, por ter sido calculada no posto de Tenente-Coronel superior ao devido.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1965

(Nº 190-A, DE 1964, NA CASA DE ORIGEM)

Mantém ato do Tribunal de Contas da União que manda registrar o pagamento de Cr\$ 86.795,40 a Luzia de Castro, da Alfândega de Fortaleza (CE), correspondente à percentagem de 10% estipulada no art. 4º do Decreto-lei nº 3.663, de 1946.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o ato do Tribunal de Contas da União que manda registrar o pagamento de Cr\$ 86.795,40 a Luzia de Castro, da

Alfândega de Fortaleza (CE), correspondente à percentagem de 10% estipulada no art. 4º do Decreto-lei nº 3.663, de 1946.

Art. 2º Este Decreto-Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1965

(Nº 203-A, DE 1964, NA CASA DE ORIGEM)

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro ao contrato de compra e venda, celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Pinho e Terras Ltda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro ao contrato de compra e venda de três imóveis, situados em Guarapuava, Jaguariava e Paranaíba, no Estado do Paraná, firmado, em 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e Pinho e Terras Ltda, como outorgado comprador.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Ofício

— do Sr. Senador Sigfredo Pacheco, de 19 do mês em curso — Comunica haver, naquela data, passado a liderança do Partido Social Democrático ao Sr. Senador Walfredo Gurgel.

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

Avisos do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social de 2º do mês em curso:

Nº 354 — Com referência ao Requerimento nº 299-64, do Sr. Senador Guido Mondin;

Nº 356 — Com referência ao Requerimento nº 1.188-63, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 357 — Com referência ao Requerimento nº 9-63, do ex-Senador Paulo Coelho.

PARECERES

Parecer nº 156, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1964, que atribui ao Conselho Nacional de Economia o encargo de fixar nível de salário mínimo para todo o país.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho.

O Projeto de Lei do Senado, nº 32, de 1964, atribui ao Conselho Nacional de Economia o encargo de fixar os níveis de salário mínimo para todo o país.

Declara o seu primeiro artigo que "os níveis de salário mínimo, dentro da conceituação definida nos artigos 76 a 83 da Consolidação das Leis do Trabalho, serão fixados, anualmente, em novembro, pelo Conselho Nacional de Economia, através de resolução de seu plenário, para vigorarem durante o ano imediato". O artigo 76 da Consolidação, aí citado, define o que seja "salário mínimo", não entrando nessa conceituação nenhum elemento que de longe se refira à au-

toridade incumbida de fixá-lo. Está bem explícita, todavia, a sua limitação no tempo e no espaço. Aliás, a relação de natureza regional está considerada no texto constitucional vigente, quando, pelo artigo 157, inciso I, invocou as "condições de cada região" como o elemento em que devia fundamentar-se a fixação do salário mínimo. O artigo 83, também invocado, completa, por bem dizer, o conceito oferecido pelo artigo 76, entendendo o direito a salário mínimo ao trabalho em domicílio, considerado este como o executado na habitação do empregado ou em oficina de família, por conta do empregador que o retribui. Como se vê, também aqui não há nenhuma referência à autoridade ou órgão com atribuição de fixar os valores do salário mínimo. Tal competência, firmou-a o artigo 77 da mesma Consolidação, nestes termos:

"A fixação do salário mínimo, a que todo trabalhador tem direito, em retribuição ao serviço prestado compete às Comissões de Salário Mínimo, na forma que este Capítulo (Capítulo III, relativo a Salário Mínimo) dispõe".

Pelo artigo 87 da Consolidação, as Comissões de Salário Mínimo são compostas de 5 (cinco) membros, no mínimo, e de 11 (onze) no máximo, em número que o Ministério do Trabalho fixará, sendo todos os componentes pelo mesmo Ministério nomeados dentre os Delegados dos empregadores e os dos empregados eleitos na forma da lei, assegurada, sempre, a representação paritária.

Deslocando da Comissão do Salário Mínimo para o Conselho Nacional de Economia o encargo de fixar, anualmente, os níveis de salário mínimo, estabeleceu o Projeto, no parágrafo 1º do artigo 1º, que

"os estudos e inquéritos das Comissões de Salário Mínimo, a que se refere a legislação vigente, revestindo caráter instrutivo, serão presentes, todo ano, até 30 de setembro, ao Conselho, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, acompanhados dos pareceres e conclusões do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho".

Não fica o Conselho, entretanto, adido a tais elementos, eis que pelo parágrafo 2º do mesmo artigo lhe é permitido, para o fim de colher dados suplementares que se tornem necessários ao seu pronunciamento, "solicitar informações a quaisquer outros setores da administração pública e autárquica, bem como a entidades sindicais de grau superior de empregados e empregadores, oficialmente reconhecidas".

De posse desses dados, colhidos uns necessariamente outros facultativamente, baixará o Conselho o seu provimento, publicando-o no *Diário Oficial*, para todos os efeitos de direito, declara o Projeto, no parágrafo 3º do artigo 1º.

Ainda-se na justificação, que o Conselho Nacional de Economia tem, por lei, a incumbência dos ativos imobilizados das empresas" e seria de toda conveniência que também dispusesse de igual ingerência no setor do trabalho, com o que ficaria em condições de apreciar "em termos de equilíbrio os dois elementos básicos da economia, nas suas gerais incriminações, estatuidos, para um e outro, índices de valia intrínseca, no mais aproximado pé de igualdade". A verdade, porém, é que não se descobre a impossibilidade desse equilíbrio entre termos que demandam entes se não opostos, sem dúvida influenciados por fatores diversos. A fixação do salário mínimo, como o preceitua a Constituição Federal no seu artigo 157, inciso I, corresponderá às necessidades normais do trabalha-

dor e de sua família, atentas as condições de cada região. Necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, em determinada época e região do país, assim enuncia a Consolidação do Trabalho, os elementos informativos do conceito de salário mínimo. Pago pelo empregador como contraprestação do trabalho que lhe presta o assalariado, é incontestável que a sua fixação corra critérios de natureza social e política, impondo, em última análise, a interferência decisória do poder público. E nisso diferem essencialmente, os encargos de fixar salário mínimo e de fixar os coeficientes aplicáveis à reavaliação dos ativos imobilizados das empresas, operação, esta última, que não exige a consideração de contingências políticas, variáveis no tempo e no espaço como a outra.

Além de que, instituindo o Conselho Nacional de Economia, fê-lo a Constituição Federal de 1946 (artigo 205, parágrafo 2º) para o efeito de "estudar a vida econômica do país e sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias". E claro que se trata de incumbência exclusivamente consultiva, desdobrada, por assim dizer, em duas tarefas, a primeira das quais a do estudo da nossa vida econômica, tendente, precisamente a um perfeito desempenho da segunda, a de sugerir as medidas necessárias. Nem se compreenderá que o Conselho pudesse "sugerir" a quem de direito medidas que se lhe afigurassem necessárias sem que precedesse de sua parte sério estudo da nossa realidade econômica. Como quer que seja, o preceito constitucional não atribui ao importante órgão em boa hora criado, competência que vá além do poder de "sugerir", caracterizando-o, pois, como órgão consultivo. Atribuir-lhe, portanto, a competência de "decretar" como o faz o projeto, os níveis de salário mínimo, publicando-o de iniciativa própria para compulsória observância no ano seguinte, é desfigurar-lhe, sem dúvida, a missão constitucional, transformando-o de órgão consultivo em executor.

Repare-se em como era diferente na carta constitucional de 37, a estrutura do Conselho Nacional de Economia e diferente, dessarte, a sua finalidade. Compunham-no então, conforme disposto no artigo 57 da citada Carta, "representantes dos vários ramos da produção nacional designados dentre pessoas qualificadas por sua competência, especial, pelas associações profissionais ou sindicatos reconhecidos em lei, garantida a igualdade de representação entre empregadores e empregados". Não obstante os critérios de composição do Conselho, não obstante, principalmente, a repartição paritária de empregadores e empregados não lhe foi dada qualquer atribuição relacionada com a fixação do salário mínimo, muito embora várias relevantes atribuições lhe houvessem sido então conferidas. Destas, ainda assim, as duas que exorbitavam, por bem dizer, de tarefas consultivas — *verbi gratia*, a de "estabelecer normas relativas à assistência prestada pelas associações, sindicatos ou institutos" (artigo 61, letra b) e a de "editar normas regulamentadoras dos contratos coletivos de trabalho entre os sindicatos da mesma categoria da produção ou entre associações representativas de duas ou mais categorias" (item, letra c) — dependiam, para sua vigência, da "aprovação" do Presidente da República, o que a elas tirava, e mesma, a condição normativa que à primeira vista pareciam revestir. Entretanto, dentre os princípios por que deveria reger-se a legislação trabalhista já a carta de 1937 inseria o "salário mínimo" (artigo 137, letra b), repetindo, aliás, o que na Constituição de 1934 se continha (artigo 121, parágrafo 1º, letra b) inclusive na advertência de que o salário devia ser no

mínimo adequado a satisfazer, "de acordo com as condições de cada região", as necessidades normais do trabalhador.

Dir-se-á, quanto à presença atual do Conselho Nacional de Economia, que se funções de natureza apenas consultiva lhe foram reconhecidas pela Constituição de 1946, já a Lei número 3.470, de novembro de 1958, seguida pela de número 4.242, de julho de 1963 — ambas invocadas na justificação do projeto — encarregou-se de algo mais, qual a fixação dos referidos coeficientes de reavaliação.

Não há de estranhar a tendência porventura verificada em leis ordinárias, no sentido de valorização da atuação do Congresso Nacional de Economia. Não há, todavia, aplaudir ou mencionar iniciativas que embora, na mais pura das intenções, venham ampliar-lhe indevidamente o status em que o quis colocado o constituinte de 1946.

Pertencemos ao número bem avaliado dos que sempre entenderam mesquinho e sem consciência plena aos interesses da administração pública, esse status. Modificá-lo, não será lícito, contudo, ao legislador ordinário.

Por tais razões de natureza constitucional, opinamos pela rejeição do projeto em causa.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1964. — Afonso Arinos, Presidente. — Aloysio de Carvalho, Relator. — Josaphat Marinho — Edmundo Levi — Ruy Carneiro — Bezerra, Neto.

Parecer nº 157, de 1965

Da Comissão de Legislação Social sobre o Ofício n. SCP-610 (3) 64 de 8.5.64. Presidente em exercício do Conselho Nacional de Economia encaminhando à alta consideração do Congresso Nacional o anteprojeto que lhe seja dado o encargo de estipular os níveis de salário mínimo para todo o País.

Relator: Senador Ruy Carneiro.
O Presidente do Conselho Nacional de Economia, pelo Ofício n. SCP-610 (3) 64, de 8 de maio de 1964, submete à apreciação do Congresso Nacional um anteprojeto de lei que solicite seja apresentado atribuído àquele Conselho "o encargo de fixar os níveis de salário mínimo para todo o País".
2. Fundamentando o pedido, o Presidente do C.N.E. esclarece que, pela Constituição o Conselho tem a incumbência de "estudar a vida econômica do país e sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias", competindo-lhe, ainda pela Lei n. 3.470, de 28 de novembro de 1958, fixar os coeficientes aplicáveis à reavaliação dos ativos imobilizados das empresas, em caráter anual conforme estabele a Lei n. 4.242, de 19 de julho de 1963, o que já foi feito por cinco vezes, levando em conta os "impactos de contingência no imperativo de atender ao dinamismo econômico, no conjunto de suas atividades, face às alterações monetárias resultantes do processo inflacionário", situando-se nesse aspecto, como instrumento regulador de um fenômeno altamente sensível.

Afirma ainda, que:

"Seria, pois de toda conveniência que este colégio dispusesse também de idêntica atribuição no setor do trabalho, arbitrando os níveis de salário mínimo para todo o território brasileiro, já que, no setor do capital, é o instrumento da atualização de seus valores, tanto no campo específico, como no tributário".

3. Pelo anteprojeto encaminhado ao Congresso os níveis de salário mínimo

seriam fixados, anualmente pelo C.N.E. através de Resolução do seu Plenário para vigorarem durante o ano imediato. As Comissões de Salário Mínimo ficariam obrigadas a remeter, até 30 de setembro de cada ano os estudos e inquéritos realizados, acompanhados dos pareceres e conclusões do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (SEPT).

4. Tratando-se como se vê de matéria de alta complexidade e de grande repercussão na vida econômica-social da Nação, julgamos indispensável antes de nos pronunciarmos quanto ao seu mérito seja solicitada a audiência do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1964. — Vivaldo Lima, Presidente. — Ruy Carneiro, Relator. — Altino Fontana — Eugênio Barros — Edmundo Levi — Eurico Rezende.

PARECER Nº 158, DE 1965

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963 (nº 3.204-C-61, na Casa de origem).

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963, (nº 3.204-C-61, na Casa de origem), que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Josaphat Marinho.

ANEXO AO PARECER Nº 158, DE 1965

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963, (nº 3.204-C-61, na Casa de origem), que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

EMENDA Nº 1

(De redação)

A emenda.

Dê-se a emenda do projeto a seguinte redação:

"Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia, Veterinária e Assistência Social".

EMENDA Nº 2

(Corresponde à emenda nº 2 de Plenário — 1ª parte).

Do art. 1º, in fine.

Onde se diz:

"... e de Veterinária é o fixado pela presente lei".

Diga-se:

"... de Veterinária e de Assistência Social é o fixado pela presente lei".

EMENDA Nº 3

(Corresponde à emenda nº 1 da Plenário).

Do art. 2º, in fine.

Onde se diz:

"... com relação de emprego ou função, qualquer que seja a fonte pagadora".

Diga-se:

"... com contrato de trabalho".

EMENDA Nº 4

(Corresponde à emenda nº 2 de Plenário — 2ª parte, com subemenda da CLS).

Ao art. 4º — inciso "b".

Onde se diz:

"... e de Veterinária ...".

Diga-se:

"... de Veterinária e de Assistência Social".

Parecer nº 159, de 1965

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 15 de 1962.

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1962, que proíbe a remoção "ex officio", para Brasília, de servidor público ou autárquico da União.

Sala das Sessões, 23 de março de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Josaphat Marinho.

ANEXO AO PARECER Nº 159, DE 1965

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1962, que proíbe a remoção "ex officio" para Brasília de servidor público ou autárquico da União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nenhum servidor público ou autárquico da União, casado com servidor público ou autárquico, poderá ser removido "ex officio" para Brasília (Distrito Federal), sem que ambos o sejam, salvo manifestação em contrário de um deles, por escrito, à autoridade competente, por justo impedimento, a critério do Ministro de Estado.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo ao funcionário ou servidor militar, em tempo de paz.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 160, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 21, de 1965.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 21, de 1965, que suspende, em parte, a execução do art. 2º da Lei nº 4.702, de 23 de outubro de 1963, do Estado de Goiás.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Walfredo Gurgel.

ANEXO AO PARECER Nº 160, DE 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 21, de 1965.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº DE 1965

Suspende, em parte, a execução do art. 2º da Lei nº 4.702, de 23 de outubro de 1963, do Estado de Goiás.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em Sessão de 22 de outubro de 1964, na Representação nº 593, a execução do art. 2º da Lei nº 4.702, de 23 de outubro de 1963,

do Estado de Goiás, no que concerne à fixação das divisas do Município de Mozarlândia.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 161, de 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 101, de 1964 (nº 24-A-63, na Casa de origem).

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 1964 (nº 24-A-63, na Casa de origem), que mantém o registro da despesa de Cr\$ 8.000 (oito mil cruzeiros), feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União, referente ao pagamento a Déa Jansen de Sá do aluguel de grupo de salas ao Ministério da Saúde.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Josaphat Marinho.

ANEXO AO PARECER Nº 161, DE 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 101, de 1964 (nº 24-A-63, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º da Constituição Federal e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1965

Mantém o registro da despesa de Cr\$ 8.000 (oito mil cruzeiros), feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União, referente ao pagamento a Déa Jansen de Sá do aluguel de grupo de salas ao Ministério da Saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o registro da despesa de Cr\$ 8.000 (oito mil cruzeiros), feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União, em Sessão de 31 de dezembro de 1958, referente ao pagamento, a Déa Jansen de Sá, do aluguel da subdivisão do grupo de salas nº 801, do Edifício Civitas, situado na rua do México número 21, no Estado da Guanabara, durante o mês de junho de 1957, ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 162, de 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 127, de 1964 (nº 42-A-63, na Casa de origem).

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 1964 (nº 42-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato celebrado, aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Petrônio Mota de Oliveira.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Josaphat Marinho.

ANEXO AO PARECER Nº 162, DE 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 127, de 1964 (nº 42-A-63, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Petrônio Mota de Oliveira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato, de 23 de março de 1954, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato, celebrado aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Petrônio Mota de Oliveira, para o desempenho, naquele Território, da função de Tesoureiro Auxiliar.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 163, de 1965

Redação do vencido (substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça) para 2º turno do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1963.

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação final do vencido (substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça) para 2º turno do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1963, que inclui estradas no Plano Rodoviário Nacional.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Josaphat Marinho.

ANEXO AO PARECER Nº 163, DE 1965

Redação do vencido (substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça) para 2º turno do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1963.

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Inclui estradas no Plano Rodoviário Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São incluídas no Plano Rodoviário Nacional (Lei nº 2.975, de 27 de novembro de 1956) as estradas de rodagem especificadas nesta lei, em regime de urgência e prioridade, inclusive para os serviços de retificação e ampliação do traçado, assim para a implantação asfáltica de primeira categoria:

a) estradas:

I — Itapemirim, Cachoeiro do Itapemirim, Alegre, Guacuí, no Estado do Espírito Santo e Carangola, no Estado de Minas Gerais, com a ligação das rodovias BR-5 a BR-4;

II — João Neiva, Colatina, São Domingos, Barra de São Francisco, Mantenedópolis, Ecoporanga, Mucuri, no Estado do Espírito Santo e Governador Valadares e Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais, ligando as rodovias BR-5 a BR-4;

b) acessos:

I — das sedes dos municípios de São José do Calçado, Aplacá, Ima,

Muniz Freire, Jerônimo Monteiro, Castelo, Anchieta, Alfredo Chaves, Aracruz, Ibirapu, São Mateus, Nova Venécia e Conceição da Barra, com a BR-5;

II — das sedes dos municípios de Domingos Martins, Castelo, Afonso Cláudio e Iuna, no Estado do Espírito Santo e Manhuaçu e Manhumirim, no Estado de Minas Gerais, com a BR-31.

Art. 2º As obras previstas no artigo 1º serão realizadas com dotações orçamentárias, créditos especiais ou suplementares, recursos financeiros oriundos de operações de crédito ou com os recursos do Fundo Rodoviário Nacional, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (Ministério da Viação e Obras Públicas).

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está finda a leitura do expediente. Sobre a mesa, requerimentos de informações que vão ser lidos.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 70, de 1965

Senhor Presidente do Senado Federal:

Requeiro a V.Exª seja solicitado ao Ministério da Fazenda que informe a razão pela qual deixou de prestar, até a presente data, as seguintes informações pedidas no requerimento nº 375, datado de 18 de setembro de 1964, por mim subscrito:

a) Em quanto importou o total das verbas efetivamente recebidas da União pelo Governo do Estado do Acre, a qualquer título, no ano de 1963 e no primeiro semestre de 1964?

b) O valor da parcela do referido total especificamente destinado a pagamento de pessoal?

Sala das Sessões, 24 de março de 1965. — Adalberto Sena.

Requerimento nº 71, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Marinha, sobre a construção da Escola de Aprendizes de Marinheiros, no Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

(Do Senador Vasconcelos Torres) Sr. Presidente:

Na forma regimental, requeiro ao Poder Executivo, através do Ministério da Marinha, as seguintes informações:

1 — Por que foram interrompidos os trabalhos de construção da Escola de Aprendizes de Marinheiros, no Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro?

2 — Qual a quantia dispendida, até o momento, com a referida Escola?

3 — Quais as medidas adotadas no sentido de ser aproveitada a construção iniciada, que se encontra em péssimo estado, devido à ação do tempo, pois desde 1958 foram interrompidas as suas obras, iniciadas em 1954?

Sala das Sessões, 24 de março de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 72, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB — sobre a produção de arroz, no Estado de Goiás.

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requeiro ao Poder Executivo, através da Superin-

tendência Nacional do Abastecimento — SUNAB — a seguinte informação:

Quais as medidas adotadas pela Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB — visando aproveitar a safra de arroz no Estado de Goiás?

Justificação

Goiás alcançou, no ano passado, a condição de maior produtor de arroz do País: vinte milhões de sacas. Este ano, mais ainda: trinta milhões, a safra prevista. O Estado não tem condições nem para armazenar o produto, por falta de instalações, nem para exportá-lo, por falta de vias de escoamento. O preço mínimo fixado pelo Governo para safra de arroz é de Cr\$ 7.800, (sete mil e oitocentos cruzeiros), mas para que a safra não se apodreça, a saca é vendida por ... Cr\$ 3.600, (três mil e seiscentos cruzeiros) e há intermediários oferecendo na fonte Cr\$ 800, (oitocentos cruzeiros) por saca.

Sala das Sessões, 24 de março de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 73, de 1965

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Nos termos do Regimento Interno desta Casa, solicito seja encaminhado ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Sal, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e Comércio, o seguinte requerimento de informações:

- 1) Quem representa o Estado do Rio Grande do Norte no Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro do Sal;
- 2) Quando foi o mesmo representante nomeado e se o foi mais de uma vez;
- 3) Em quantas reuniões do Conselho tomou parte e votou, indicando os dias, o mês e ano;
- 4) Quanto o mesmo representante recebeu, a qualquer título, do Instituto Brasileiro do Sal;
- 5) Se o referido representante viajou ao Rio Grande do Norte ou a outro Estado da Federação, comissionado pelo Conselho ou pela própria Presidência;
- 6) Em caso afirmativo, quantas vezes viajou e quais foram as ajudas de custo;
- 7) Se é do conhecimento do serviço jurídico ou da Presidência, que o citado representante também exerce no Estado o cargo de Ministro do Tribunal de Contas;
- 8) Se, em caso afirmativo, o Serviço Jurídico foi consultado sobre a dupla investidura que, ocorrendo, dará, com certeza, motivo para arguição de ilegalidade na Constituição do citado Conselho Deliberativo.

Sala das Sessões, 24 de março de 1965. — Senador Dir-Huit Rosado.

Requerimento nº 74, de 1965

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, o seguinte requerimento de informações:

- 1) Se o Sr. Vicente da Mota Neto é Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte;
- 2) Em caso afirmativo:
 - a) quando foi nomeado;
 - b) a quantas reuniões compareceu — designando dia, mês e ano;
 - c) quanto recebeu do erário estadual.
- 3) Se é do conhecimento do Presidente do Tribunal de Contas que o

Ministro Vicente da Mota Neto, representa também o Estado do Rio Grande do Norte no Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro do Sal, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Sala das Sessões, 24 de março de 1965. — Senador Dir-Huit Rosado.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os requerimentos lidos não dependem de apuramento nem de deliberação do Plenário. Serão, depois de publicados, despachados pela Presidência. (Pausa).

No expediente lido figura a Mensagem nº 42 (nº 25 no Senado), de 18 de março, em que o Senhor Presidente da República dá conhecimento ao Congresso Nacional do veto que opôs ao Projeto de Lei (nº 2.362-E, de 1963, na Câmara e nº 279, de 1964, no Senado), que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais.

Para apreciação desse veto esta Presidência designa a sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 28 de abril próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, sem prejuízo da matéria para ela anteriormente anunciada.

Para a Comissão Mista que o deverá relatar designa os Senhores Senadores:

José Rollemberg — PSD

Bezerra Neto — PTB

João Agripino — UDN (Pausa).

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, o ilustre cidadão Presidente da República, através da mensagem enviada ao Congresso Nacional por ocasião do reinício dos trabalhos parlamentares, revelou um estado da psique revolucionária a cujo respeito se justificam e até se impõem algumas observações.

"Aliás" — são palavras de S. Exa. — "aliás, em abono dos que acalentaram a ideia de um regime ditatorial capaz de propiciar a Revolução a desenvoltura de ação e movimentos impossíveis dentro da legalidade, devemos reconhecer que bem fácil teria sido a sua instalação, no momento do triunfo revolucionário. O difícil, no entanto, é imaginar-se que não se transformaria, rapidamente, num regime policial, cujos inconvenientes para a Nação seriam extraordinariamente maiores do que as dificuldades oriundas de uma ordem legal, como bem o compreenderam os responsáveis pelo movimento de 31 de março".

Tecamos, Senhores Senadores, ainda que perfunctoriamente, algumas considerações em torno da louvável declaração de repúdio aos apelos de quantos "acalentaram a ideia", e talvez ainda acalentem, "de um regime ditatorial", de desrespeito à vocação legalista nacional.

Sabemos que revolução significa mudança de estrutura social, alteração, reformulação da ordem jurídica, apeamento de governantes, desagregação de classes dominantes, substituição ou até inversão de valores. Revolução traduz, enfim, revolvimento, troca, mudança da faces jurídico-política de uma nação. Por isso, é também forma de constituir o Estado. E porque são formas de constituição, sentem as revoluções necessidade de autolimitar-se e de reconhecer um mínimo de direitos, em que pesem os atentados, as violências e os desrespeitos que em seu nome se pratiquem.

Um retrospecto, ainda que breve, sobre a evolução humana, mostra-nos que a humanidade, na sua caminhada para a conquista e afirmação dos direitos, não tem marchado de modo uniforme, ao mesmo ritmo, à mesma cadência; mas ao revés, tem avançado em fluxos e refluxos de correntes, em investidas e recuos de ondas, em movimentos ora fracos ora intensos, ao impulso continuado e inflexível da vida, independentemente "da acidental investitura, em postos de direção, de psiques regressivas, contra as quais ainda não há, como a respeito da lepra e outras doenças contagiosas, medidas cautelares eficientes", na advertência de acatado pontífice da cultura jurídica.

Um dos mais profundos intérpretes das instituições políticas do passado, ao examinar "As Democracias Antigas", lamenta que os historiadores, na pesquisa dos fatos, pouco valor deem, geralmente, à psicologia dos povos e dos indivíduos. E nisso ele quase se põe de completo acordo com o visigodo Carlyle, para quem a história universal a história "aquilo que o homem tem realizado neste mundo, é no fundo a história dos grandes homens". Porque os povos considerados e comparados, apresentam peculiaridades, características, sempre comprováveis, que os distinguem nas suas manifestações políticas, culturais, artísticas, morais, espirituais. São esses traços, são essas características que diferenciam, em maior ou menor tom, um povo de outro, uma nação de outra nação. São ainda essas peculiaridades que fazem sejam os imigrantes inevitavelmente absorvidos, um povo vencido acabe por impor ao vencedor os seus hábitos, o seu conceito de vida, sua língua, sua arte, seus valores.

"E esses traços nacionais" — acrescenta o eminente professor. A. Croiset — "não derivam das instituições: são anteriores e mais íntimos. Formam as instituições ou as modificam mais do que são modificadas ou criadas por elas". E prossegue:

"Não nego que esses traços duráveis e profundos da fisionomia de um povo sejam de origem social, embora a parte do físico seja neles, indubitavelmente, tão considerável; mas, sendo de origem social, pertencem a uma ordem diferente daquela a que se prendem as instituições propriamente ditas. Pertencem, por assim dizer, a outras estratificações geológicas, a camadas mais antigas; eles se precedem e lhes sobrevivem e, ao mesmo tempo, as modificam".

E estranhando que ilustre sociólogo censurasse a explicação da evolução do povo ateniense por uma espécie de "graça particular", conclui enfaticamente positivo:

"Eu responderia, sem hesitação, a meu turno, que essa "graça", que nada tem de sobrenatural, é incontestável".

Essa "graça" a que se refere o eminente mestre francês, já entrevira Manoel Bomfim num dos penetrantes estudos que nos legou, ao apontar, no processo histórico da formação brasileira, os fatores do nosso crescimento e da nossa unificação. Para ele, essa "graça" e o acaso, na sua própria expressão, não obstante, em algumas oportunidades, se volte ele para as forças telúricas e os estímulos do meio:

"E dessa disposição primeira, em parte obra do acaso", — assinala Bomfim — "resulta a maravilhosa harmonia de efeitos em que a nação se unifica de mais em mais, apesar de quanto cresce, pois cresce a modo dos organismos vivos, e se solidariza na

proporção em que cresce e se desenvolve".

E logo depois, em afirmação do pensamento, reconhecendo embora influência da tradição portuguesa na posição do sentimento de unidade nacional, acrescenta:

"As condições especiais do Brasil deram estímulo novo a essa tradição".

Mas entre nós, na sedimentação do nosso caráter, esse elemento imponderável, indefinido, não se manifesta apenas através dos sentimentos de permanente solidariedade que permitem a comunhão de posse sobre tão vasto território e o incoercível senso de proteção coletiva, de defesa mútua, de amparo recíproco que mais e mais fortalecem os laços da fraternidade nacional. Esse elemento imponderável, impreciso, essa "graça", como lhe chama o acatável professor Croiset, também é permanente, comprovável, nas manifestações de luta pelos direitos individuais e pelas liberdades coletivas, na confirmação de que cada brasileiro tem a consciência de que nasceu livre e livre pretende viver. Talvez a paisagem, ampla, infinita; a vastidão do território; os serenos das matas e dos campos-gerais, a imensidão das costas; as longidões dos pampas; a grandeza dos rios; o exemplo da vida livre do selvagem; as condições climatológicas que até impõem liberdade, no vestir; talvez tudo isso tenha gerado, na alma do homem brasileiro, desde os primeiros, esse indelével, irreprimível amor às liberdades presente e atuante em todas as manifestações da vida pátria. Talvez por isso mesmo se encontre sempre em cada brasileiro, diplomado ou não, um advogado, um esgrimista de leis e de fórmulas jurídicas, dando ensejo a que observadores pouco perspicazes pretendam ridicularizar-nos, quando nos fazem alaudatório elogio, dizendo que somos o país dos bachareis... Porque é justamente o bacharel, incrustado na alma de cada brasileiro, que não aceita e combate regimes, sistemas e concepções, destoantes da nossa formação, que busquem extinguir a liberdade de consciência, anular a personalidade humana, destruir o imponderável, a "graça" através de cuja aceitação se poderá explicar e solidificar, cada vez mais, o conceito de vida, livre e solidária, que distingue o caráter nacional.

Aqueles que desconhecem as fundações da filosofia de vida e das virtudes cívicas do homem brasileiro por certo continuarão a acalentar "a ideia de um regime ditatorial", de fácil transformação em "regime policial". Esquecem, porém, nas estultas manifestações de estranhos as profundas estratificações da nossa alma, que este povo, embora paciente, pacifista, ordeiro e poeticamente afetivo, não tolerou e não tolerará jamais garroteamento de suas liberdades, conspurcação de suas tradições, violentação de sua consciência. Das ditaduras implantadas neste País, uma, que alegava com base de sustentação a luta pela integridade nacional, não resistiu às lufadas rijas dos sentimentos democráticos, travestiu-se de constitucional e se diluiu por fim; a outra, provida também de uma revolução que se fizera arvorando a bandeira da regeneração dos costumes e do respeito à soberana vontade popular, rapidamente decresceu na sua agressividade, e o policialismo em que se degradou por algum tempo, erodido pela índole do povo, evoluiu afinal para um regime paternalista, por isso mesmo tolerável ao nosso sentimentalismo, até o desmoronamento inevitável.

Mas o regime ditatorial, ainda que atenuado, abrangendo sob disfarce constitucional, além de contrariar a linha da formação do nosso caráter,

além de vulnerar arraigadas tradições, teria efeitos deletérios, nefastos, no aprimoramento dos nossos costumes, no acrisolamento das liberdades públicas, na formação de estadistas, no surgimento de autênticos líderes de nossos destinos. A crise que hoje sofremos é exemplo doloroso, irreversível, insofismável. Quinze anos de hiato no processo democrático, quinze anos de resfriamento do cadinho das competições populares, impediram a formação, na escola, de verdadeiros homens públicos, de seguros estadistas, de legítimos líderes que, sem messianismo, sem pretensões de predestinação, pudessem guiar a República e com mão firme conduzir a Nação pela estrada larga, segura, ensolarada de Direito. Hoje amargamos tremendamente as consequências de termos praticado esse hiato, esse desvio, essa guinada em nossa vida política. E o Brasil, afinal, — tennamos a coragem de proclamar como advertência — assemelha-se a uma planura fértil, quase charneca, onde medram apenas cidos e arbustos que jamais poderão oferecer sombra e abrigo às esperanças deste povo tão golpeado pelas dificuldades.

O Brasil, nacionalmente, retrata uma criança em pleno alvorecer da existência. Mas infância é movimento, atividade, inquietação, arroubo, inconformismo. E pretender sujeitá-la a uma disciplina férrea, rude, exagerada, rija, é matar-lhe a espontaneidade, estovar-lhe as iniciativas, arrolhar-lhe a personalidade, aniquilá-la a alma, destruir-lhe as mais lindas aspirações, retardar-lhe a mente, torná-la inconsciente da vida, abutir a amorfa, sem vontade própria.

Certos povos, alguns velhos pela história e outros precocemente envelhecidos, sujeitam-se às ditaduras, parece que até as amam, porque ou são restos de povos ou porque nunca chegaram a fazer-se nações. Mas o Brasil, este Brasil jovem que cada vez mais toma conhecimento da sua pujança que cada vez mais se conscientiza das suas possibilidades; este Brasil, cuja base física constitui uma fonte perene de inspiração e liberdade; este Brasil cuja indole se formou da fusão dos caracteres do índio, nômade e desambicioso, do luso aventureiro e amoroso e do negro sentimental e saudoso das suas vastidões continentais; este Brasil, síntese de liberdades e de afeições, não deseja, não tolera, repudia e repele ditaduras, e regimes de força, de qualquer matriz, de qualquer inspiração, sob qualquer pretexto. Por isso, Senhor Presidente, creio não extoriar apenas o meu pensamento, não traçar apenas a minha linha de ação; mas ulgo traduzir o pensamento e expor a conduta de ilustres companheiros de bancada nesta Casa ao proclamar, com serenidade, sem adesão, sem inflação, que reconheço o fato revolucionário. Mas porque reconheço, é que também declaro, como cidadão do meu País, compenetrado das idéias que acabei de desenvolver, que aqui estarei, juntamente com o meu esforço aos esforços e à cultura dos insignes cidadãos que compõem este cenáculo, para defender os direitos e as liberdades que se engastam no cerne e se embasam nas mais profundas estratificações da alma brasileira. E assim, sem oposição sistemática, sem radicalismo incompatível com a inteligência e o patriotismo deste convívio ilustre, mas sem adesismo, sem tibiezas e sem temores, inconcebíveis diante de tão dignos representantes do civismo de nossa gente, comungar com aqueles que, em qualquer campo, em qualquer posição, se opõem aos desajustados que, em qualquer momento, acalentem a morbida "idéia de um regime ditatorial".

"A disciplina militar prestante não se aprende, senhor, na fan-

tasia, sonhando, imaginando ou estudando; senão vendo, tratando e pelejando".

ensinou o épico imortal dos imperecíveis feitos lusitanos.

A luta é inerente a vida. A estagnação é morte. E porque estamos vivos, lutaremos para que continuemos cada vez mais vivos. Luta disciplinada, leal, democrática, afim de que, pela contrastação de idéias nas praças públicas, através dos embates nos Parlamentos e ao calor de disputas entre cidadãos livres, formemos a elite liderante cuja ausência, nesta hora histórica, constitui sem dúvida a mais sombria, a mais acabrunhante, a mais desalentadora realidade deste grande País. E assim, fiéis ao povo, dentro dos ideais de nossa agremiação, estaremos honrando as nossas mais legítimas funções e preservando o Brasil unido, justo livre, eterno. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Vivaldo Lima, por cessão do nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, trazem à baila outra vez, infelizmente, um tema explosivo, que parecia inteiramente superado: o da internacionalização da floresta amazônica.

Desde 1948, quando foi levantada a tese estrúxula, sob o suspetíssimo "fundamento de que não era razoável certos países manterem grandes áreas de terra sem capacidade de exploração", que os amazônidas, sobretudo, pressentem, ante o abandono a que os relegam na comunidade nacional não haver a cobiça internacional sido afastada, definitivamente de seu caminho tortuoso e inconfessável.

Tão logo ressurgem rumores sobre nova investida para a internacionalização da planície amazônica, aqui ou ali, com desconcertante coincidência, se lembra, que, na Amazônia Brasileira, é incrível e inexplicavelmente baixa a densidade demográfica, assinalando-se, particularmente, as áreas de enorme rarefação. Chegam até a especificá-las, sem a menor cerimônia com os dados estatísticos do censo último, que atribuem ridículas cifras de habitantes por km², como é o caso de Roraima com 0,13 Mato Grosso com 0,34, o Amazonas 0,46 Rondônia 0,29 o Amapá 0,50 o Acre com 1,05, Goiás 1,24 e o Pará ainda dentro da cifra de 1,26. O Maranhão, começa o amazônido a partir de 1946 mereceu igualmente referência especial com a divulgação de que em sua região assim considerada a densidade registrada não excede de 7,44 habitantes por km².

Na verdade, a tese de que "a política do Brasil era contrária aos interesses da humanidade, pois ali havia um mundo a explorar e o Brasil não apresentava condições para procedê-la", estranhamente se revigora, provocando, certa feita, do atual governante de meu Estado, uma advertência oportuna sobre se a nação não se convencer de que na Amazônia há um problema sério a exigir a sua ação equilibrada, energética, intensa, continuada objetiva, um dia poderá ter o desprazer de saber que a Amazônia não lhe pertence mais. No livro intitulado "A Amazônia e a Cobiça Internacional", lembra ainda o Sr. Artur Reis, com expressões francas e bem fundadas, em suma "o que tem sido esse interesse universal pela Amazônia, não o científico, mas aquele oculto" para afinal, insistir em que o Brasil precisa tomar cautela visando a evitar surpresa indesejável.

Realmente, razão bastante assistilhe — e agora muito mais objetivamente — para não compreender por que se insiste na extravagante idéia

de que o Brasil teimosamente se atém no egoístico propósito de trancar ao Mundo a opulenta região, que no vaticínio do naturalista alemão Humboldt, já vai por mais de um século, se tornaria em seu próprio celeiro.

Nenhuma discordância há, contudo, em que se venha a constituir, futuramente no celeiro de todos os continentes produzindo com abundância os alimentos de que for capaz o seu solo privilegiado, fertilizado pela própria natureza e lavrado pelas mãos calosas e compreensivas de sua gente autêntica ou adotada, respeitados os seus incontestáveis limites e, corolariamente, a sua intocável soberania.

Dai, ao renomado e antigo amazônólogo, antes de tornar-se governante do maior Estado do grande vale, em sua conferência perante o Conselho Técnico da CNC, formular as embaraçosas ou, talvez, inconvenientes indagações: "Qua sabemos de suas possibilidades para a agricultura, para a criação de plantéis, de sua habitabilidade, de suas florestas, de sua rede hidrográfica, de seu subsolo? Porque não cresce demograficamente a região? É um logro ou uma realidade para o futuro? Será apenas uma região exótica?"

A resposta, no seu entender, encontrar-se-ia tão logo se dispusesse o Governo da República a levar a cabo um estudo aprofundado da planície amazônica, revelando, mesmo ruidosamente, o que já é óbvio na mente do mais humilde e iletrado dos brasileiros, embora um pouco tarde: a Amazônia não é um logro, antes, uma realidade promissora.

As opiniões manhosas, que têm brotado de inteligências pífidas, é que quase convenciam a sua estóica gente da inutilidade de seus esforços, já arraigando a descrença sobre um porvir grandioso para as gerações planícias.

Dessarte, foi possível contê-la ou imobilizá-la em seus arroubos de acelerado progresso, desviando-lhe da atenção constante as palavras do gerânico profético que, no começo do século passado, apontava criteriosamente estas paragens do mundo como a que estaria privilegiadamente com bons augúrios a serviços da própria humanidade.

Teria sido, afinal, um bem ou um mal, o que Alexandre de Humboldt o grande viajante, disse sabiamente em seus volumes sobre a floresta amazônica, a qual deu o expressivo nome de Hileia?

A resposta é que a Amazônia jamais o esqueceu e esquece de que sua passagem, com tão altos fins humanísticos, lhe permitiu exteriorizar, nos preciosos tomos de uma obra opulenta, sobre o que viu e diante do que se extasiou na infindável planície, mercê de suas pressagiosas visões da Natureza.

Apesar de tudo, na Amazônia contemporânea, ainda não esmoreceram o entusiasmo e a crença, herdados de suas gerações passadas, que transmitiam de uma para outra a senha diária de que ela se deve manter, custe o que custar, inalteravelmente brasileira, visto como sabiam intuitivamente o que ela encerra em termos de riquezas naturais na superfície e no subsolo, asseguradoras da sobrevivência e do bem-estar de nosso ordeiro e laborioso povo.

O Sr. José Guimard — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Com muito prazer, ouvirei V. Exa., representante do Acre.

O Sr. José Guimard — V. Exa. ressalta com muita propriedade o pensamento do grande cientista germânico a respeito da Amazônia. Mas, não seria mau ressaltar também que, já aquela época, existia certa dúvida, havia certa disparidade no julgamento feliz que V. Exa. faz, procurando-se distinguir aqueles que vêm

realmente estudar a Amazônia e repartir conosco os conhecimentos e observações auridas em cada viagem, daqueles que vêm apenas com intenções que preferimos desconhecer, pois, nem sempre são muito claros... V. Exa. deve ter conhecimento de que, naquela ocasião, o Império não recebeu de braços abertos a vinda desse cientista germânico. Deu mesmo a entender não ser conveniente que as autoridades o deixassem baixar de São José do Rio Negro até à boca desse mesmo rio, onde se acha Manaus, a bela Capital do seu grande Estado. Assim, do fato, quero ressaltar apenas isto: é muito difícil o julgamento dos bons estrangeiros, nossos amigos, em confronto com os que não o são.

O SR. VIVALDO LIMA — Eis o depoimento de um acreano, que, naturalmente, sabe separar o joio do trigo.

Humboldt, parece-me, não veio com segundas intenções. A prova é que deixou uma obra de folio sobre a região, que já há mais de um século se admira.

O Sr. José Guimard — Perfeitamente, nobre Senador. Referia-me às instruções dadas às nossas autoridades, desde aquela época, a respeito de homem cuja ciência e benemerência para com nosso País é motivo do justo elogio que V. Exa. ora lhe faz.

O SR. VIVALDO LIMA — Agradeço a V. Exa. pela confirmação e pelo endosso.

Jamais, assim, haverá quem ouse, nos nossos ouvidos, murmurar, que seja, não passar a Amazônia de mera região exótica, servindo apenas de temas às musas e ao romancismo.

Alerte-se, porém, o Brasil, quanto ao "interesse universal pela Amazônia", não o científico, mas aquele oculto", acautelando-se convenientemente para não ser envolvido num inferno de surpresas desagradáveis, do qual só venha desvenear-se com torrentes de sangue de seus bravos filhos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Sena) — Tem a palavra o nobre Senhor Senador Aurélio Viana.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, vou ser breve nas minhas considerações.

Todo o País comemora as eleições que se processaram na capital do Estado de São Paulo, o comparecimento, em massa, do eleitorado paulista, numa demonstração, clara e inconfusa, do seu amor às instituições democráticas. Povo que livremente vota demonstra amor à liberdade, manifesta o seu pensamento favorável à forma democrática de Governo.

Foi o que aconteceu em São Paulo. As agitações previstas por muitas aves agourelas, pelos cassandras do regime, não se processaram. A campanha, geralmente, processou-se em termos altos, e os resultados aí estão. É bem verdade que podemos tirar do pleito paulista lição importantíssima: a falência das grandes agremiações político-partidárias. Não foram ao encontro do povo e o resultado é que sofreram violenta derrota.

Se a força de um partido se mede pelos votos que seus candidatos obtêm numa eleição, então, os grandes derrotados foram as poderosas agremiações político-partidárias de São Paulo: derrotado o PSP, unido ao PSD na derrota que sofreu o seu candidato; derrotada a UDN, que se apresentava como partido da Revolução, o sustentáculo político da Revolução e derrotada, fragorosa, inapelável e indiscutivelmente derrotada o Partido Trabalhista Brasileiro, de maneira estranha mas impressionante. Repito:

se a fôça de uma agremiação político-partidária se mede pelos votos dos seus candidatos, então, os grandes vitoriosos em São Paulo foram o Partido Libertador, cujo candidato conquistou a segunda colocação no pleito, e o Movimento Trabalhista Renovador, cujo candidato alcançou quatrocentos e tantas mil legendas, numa votação espetacular e cujo candidato recebeu o apoio do ex-Governador, ex-Presidente da República e ex-Prefeito de São Paulo, Sr. Jânio Quadros, mas que também recebeu apoio de elementos fortíssimos, prestigiados, e prestigiosos, do movimento armado de 19 de abril.

O Sr. Josephat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Com grande prazer.

O Sr. Josephat Marinho — Estou ouvindo V. Exa. com toda atenção mas como tenho que me retirar para ir à reunião da Comissão de Constituição e Justiça, quero aproveitar a oportunidade para inserir, no seu discurso, observação que, a esta altura, deve estar no espírito de muitos brasileiros. Não pode ser candidato nem disputar o voto popular, quem tenha tido seus direitos cassados pelo atual Governo. Pode, entretanto, apoiar candidatos e fazê-los vitoriosos, até mesmo quando esses candidatos, como agora nesta eleição de São Paulo, tenham, senão o apoio, o respeito do Governo dominante. O nosso regime demonstra, assim, que o cidadão cassado pela força, nem sempre é escoreçado pelo povo.

O SR. AURELIO VIANA — Incorporo, com prazer, as observações de V. Exa. ao nosso pronunciamento sobre as eleições de São Paulo, sobre o pleito paulista. Os partidos políticos indicam, mas o povo escolhe os candidatos. Isto é uma lição para os nossos partidos políticos.

Não acredito que qualquer candidato, mesmo apoiado pelo Sr. Jânio Quadros, não acredite — repito — que qualquer um tivesse aquela votação espetacular do Brigadeiro Faria Lima. Houve sensibilidade na escolha, na indicação. Todos os jornais — aqueles que eu li — todos os que falaram sobre o vitorioso no pleito paulista, são unânimes no conceito que fazem da personalidade: daquele militar.

Homem afeito ao trabalho, competente, digno, dignificara a administração Carvalho Pinto e também do Sr. Jânio Quadros. Tem personalidade. Não vamos atribuir a vitória ao ex-Presidente, concorreu para ela mas não foi a causa.

Afinal de contas, esse candidato vitorioso recebeu — repito — apoio extensivo de elementos que pertencem ao grupo que se apossou do poder e que se encontra no poder. Os jornais publicaram que era o candidato da simpatia do Brigadeiro Eduardo Gomes — e o Brigadeiro Eduardo Gomes é o lúmen tutelar da União Democrática Nacional, e a União Democrática Nacional tinha candidato à Prefeitura de São Paulo. São as grandes tradições da política brasileira.

A minha pergunta é esta: os grandes partidos, diante do pleito de São Paulo, terão a coragem de eliminar os pequenos quando esta manifestação popular foi de prestígio às pequenas e remedições político-partidárias?

O partido ao qual pertencio apresentou um candidato à Vice-Prefeitura de São Paulo, apoiando, para a Prefeitura, para prefeito, candidato de outro partido. A campanha do nosso candidato foi à base de doutrina, de princípios, defesa de teses sem nusos, sem retaliação pessoal sem provocações. Resultado: o nosso candidato obteve mais de cem mil sufrágios no Capital paulista e o candidato a Prefeito que nós apoiávamos, cinquenta e dois mil.

O Presidente de um Partido declarou-me que o nosso apoio ao candi-

dato do seu partido e zero seria mais ou menos a mesma coisa. Pois ali, obtivemos mais de cem mil legendas e o candidato desse Partido não obteve cinquenta mil. E é um grande partido, que assim considera.

Agora, se todos os Partidos querem sobreviver, todos, eles têm que se unir. Não é a união de alguns grandes, contra os que devem ser eliminados. Fala-se na reformulação partidária no Brasil, pela extinção das siglas dos atuais Partidos, pela criação de novos Partidos com novos nomes, com outras siglas, fato virgem no mundo democrático. Partido Social Democrático é nome universalmente conhecido. É verdade que, se aqui é de centro-direita, de centro, ou conservador, na Alemanha o Partido Social Democrático é o partido socialista. É bem verdade que o Partido Trabalhista, se no Brasil não é socialista democrático, socialista o é na Inglaterra e tem orgulho de proclamar, antes de tudo, o Partido Trabalhista Inglês, que é socialista democrático. É bem verdade que existe, na Norteamérica, o Partido Social Progressista do ex-colaborador de Roosevelt, se não me falha a memória, Wallace, que disputou, noutra época, a preferência do eleitorado norte-americano e foi fragorosamente derrotado, e cujo pensamento político, cuja doutrina política é diferente da doutrina do seu congêneres no Brasil.

Senhor Presidente, vieram provar as eleições de São Paulo que os partidos políticos, no Brasil, têm que levar o seu programa ao povo, torná-lo conhecido do povo, criando uma legião partidária, não à base de nomes tutelares, de carismas, de mesianismos, mas de doutrina, de princípios encarnados nos homens.

Vimos elementos de grande prestígio, líderes partidários nacionais, partindo para São Paulo e lá prestando apoio a candidatos doutros partidos. É a falta de disciplina partidária que cria o caos político no País. É por isso que sempre repito a frase do grande mestre do socialismo democrático no Brasil, João Mangabeira: "A crise política do Brasil é a crise dos seus partidos políticos, que são mas partilhas que partidos".

A verdade é que os pequenos partidos, numericamente falando, existentes hoje, poderão ser, amanhã, as poderosas agremiações políticas deste país.

As nações apresentam exemplos. Há 70 anos, o Partido Trabalhista Inglês praticamente não existia. Era a Sociedade Fabiana, um grupo de ideólogos que manipulava pensamentos políticos e doutrinas políticas. O Partido Liberal era fortíssimo. Hoje, disputam o poder, na Inglaterra, o Conservador e o Trabalhista. O Comunista, que ali sempre foi fraco, continua fraco, e, nas últimas eleições, não conseguiu sequer uma cadeira, embora tenha plena liberdade.

Senhor Presidente, quero, desta tribuna, congratular-me com o povo paulista porque foi às urnas. É bem verdade que milhares de cidadãos votaram em branco — votos nulos e votos em branco representam a mesma coisa — demonstrando que o seu candidato não havia aparecido. Mas uma abstenção de menos de vinte por cento num eleitorado de mais de um milhão é uma resposta àqueles que dizem que o povo brasileiro ansiava e anseia por uma ditadura.

Também não sou daqueles que analisam o pleito paulista à base de uma opção entre revolução e anti-revolução, porque o candidato que mais batalhou, lutou e empregou palavras contra os atuais defensores do poder foi fragorosamente batido, e o candidato que mais analisou problemas, que mais se deteve no estudo de teses, que mais falou a inteligência e ao coração do povo, foi o que mais su-

frágios recebeu. E não somente ele como outros, que passaram sua conduta política no mesmo plano.

O Sr. Farias Tavares — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Com grande prazer.

O Sr. Farias Tavares — A observação que V. Exa. acaba de fazer é da maior importância e significação para a análise do panorama político brasileiro. Acreditamos que, quaisquer que sejam as posições dos candidatos aos pleitos gerais ou parciais do país, o que sobretudo vai importar para o observador é a orientação da política do candidato, é a posição do candidato em face dos problemas ideológicos nacionais, regionais ou locais. Nenhum candidato que se apresente com uma bandeira vazia, com mensagens sem sentido, com mensagem que não toque propriamente os problemas fundamentais da nação, terá êxito ou sensibilizará a opinião pública. De modo que não teremos, realmente, a opção revolução ou anti-revolução; teremos candidaturas consultando os autênticos interesses nacionais, que afinem com ideologias profundas, nesta hora da própria raça — porque temos a ideologia da raça, que é a ideologia do destino. Serão esses os candidatos que terão o apoio popular. V. Exa. ressaltou, a meu ver, um aspecto fundamental do problema do destino da própria democracia brasileira, que é o dos homens que, representando-a, sejam capazes de interpretar as autênticas aspirações e a mais profunda vocação do povo brasileiro.

O SR. AURELIO VIANA — Muito agradeço a V. Exa. pelo seu aparte. Que situação perfeitamente bem o problema. Tanto assim é que nenhum candidato se apresentou como sendo da revolução e, dos candidatos mais votados, nenhum se apresentou como candidato anti-revolução.

O Sr. Farias Tavares — Muito bem! O SR. AURELIO VIANA — Se o povo distinguia, pelo divino dom da intuição, não baseou sua campanha na contra-revolução, da anti-revolução ou da revolução. Os próprios candidatos, que no passado se manifestavam simpáticos à revolução ou revolucionários autênticos, no pleito eram muito poucos, se não ausentes, nas suas manifestações contra a revolução. Donde se conclui que, Senhor Presidente, na verdade, o povo brasileiro politiza-se. O próprio Senhor Jânio Quadros, por motivos óbvios, manteve-se não digo ausente, mas bastante, diria, afastado, apático, desinteressado. Mas a palavra exata é aquela que o Senador Farias Tavares me sugere: discreto.

(O Sr. Presidente fez soar a campainha).

Desde que o Sr. Presidente me advertiu de que meu tempo terminou, solicito a transcrição, nos anais do Congresso, da declaração do meu Partido, em São Paulo. Partido que teve a imensa satisfação de, com um candidato humilde, moço idealista, receber mais de cem mil sufrágios no pleito paulista.

Sem trair um só momento o seu programa, a sua finalidade política, a sua ideologia, falou ao povo e conseguiu a sua simpatia. Não sei se devido ao resultado das eleições paulistas, mas a verdade é que, logo depois, veio a declaração do Governo pela palavra do Senador Milton Campos, Ministro da Justiça, garantindo eleições diretas para onze Estados da Federação.

Consideramos o fato como uma grande vitória do povo brasileiro.

A declaração: (13)

"Mesmo antes de concluídas as apurações gerais, nós, socialistas, consideramos que a realização das eleições foi um impor-

taute passo para a reconquista da legalidade democrática em nosso país. O povo compareceu em massa e votou em massa, num dos candidatos que identificou como candidato dos cassados, o que bastou à votação expressiva com a qual foi eleito. Agora, é lutar pela posse para que os pregoeiros das soluções antidemocráticas arrepiem carreira e se convençam de que as eleições devem ser realizadas nas datas fixadas".

Já o porta-voz do Executivo Federal manifestava na Câmara dos Deputados a disposição do Governo de respeitar os postulados constitucionais quanto às eleições diretas nas datas aprazadas na data certa.

(Continua a leitura)

"Os socialistas verificaram com grande satisfação a votação dada a seu candidato a Vice-Prefeito, o que representa a vitória das teses defendidas durante toda a campanha. Os cem mil votos previstos para o Sr. David Lerer, obtidos através de uma campanha nitidamente socialista, demonstram o acerto do nosso Partido, quando não desacreditou da possibilidade de levar adiante a luta do povo. Agora, é assegurar a posse dos eleitos, pugnar pelas conquistas democráticas do povo, preservar na luta pelas reformas autênticas, fortalecer o Partido e defender a soberania do Legislativo e Judiciário. As eleições de 20 de março marcam o início do fim da tentativa de instauração de uma ditadura em nosso país".

A declaração vem subscrita pelos líderes do Partido, no Estado de São Paulo. E o que desejamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós, democratas autênticos — o fortalecimento da democracia, o respeito à vontade soberana do povo, eleições livres, libérrimas, para que a prática do voto seja garantida e o direito de votar assegurado. Assim, o nosso País, não traindo os ideais democráticos, se afinará com as nações mais progressistas na defesa das liberdades do homem, do cidadão, do indivíduo, e partirá para a conquista de grandes e esplêndidas vitórias no campo econômico, no campo financeiro, no campo social.

Que as prisões se abram. Que os inocentes sejam soltos. Que o direito à liberdade de opinar seja garantida. Teremos, então, instaurado neste País a democracia por que se bateram os nossos antepassados, por que nos batemos nós — sonho de uma realidade que queremos para os nossos filhos, para os nossos descendentes e para nós mesmos.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Já estava terminando. Mas, com todo prazer, ouvírei V. Exa.

O Sr. José Ermírio — É uma glória para o Setado ser um dos seus membros o atual Ministro da Justiça, o orientador desse processo democrático de que a Nação tanto precisa. Junto a minha voz à de Vossa Excelência, para elogiá-lo. Homem da UDN, ferindo talvez alguns de seus correligionários, não titubeou em dar o rumo certo para o Brasil.

O SR. AURELIO VIANA — Agradeço a V. Exa. e termino. Que as injustiças sejam reparadas. Se o Governo promover a reparação das injustiças feitas terá o reconhecimento do povo.

Senhor Presidente, não somos socialistas, não aderimos. Nossa posição é de todos conhecida. O que colocamos em primeiro lugar é o sistema.

sistema de vida, sistema democrático, regime representativo, porque não reconhecemos outro sistema que mais dignifique o homem, que mais o enalteça, que mais o coloque em evidência — o sistema democrático de Governo, a Democracia autêntica, a Democracia social, que há de ser implantada, não somente no Brasil, mas no mundo inteiro. E, aí não mais será um mito a fraternidade universal, mas uma esplêndida realidade.

Era só, Sr. Presidente. Muito bem! Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

José Guimard.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Siegfredo Pacheco.
Antônio Jucá.
Barros Carvalho.
Arnon de Melo.
Heribaldo Vieira.
Dylton Costa.
José Leite.
Eurico Rezende.
Miguel Couto.
Afonso Arinos.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Há oradores inscritos nos termos do art. 163, § 2º. Entretanto, não é possível conceder-lhes a palavra posto que já se esgotou, inclusive, a prorrogação da hora do Expediente.

§ 9º do citado art. 163 do Regimento Interno estabelece que não haverá prorrogação do Expediente, na aplicação do § 2º do artigo aludido, se houver número para votação. Estão presentes na Casa 46 Senhores Senadores.

(O Sr. Senador Nogueira da Gama substitui, na Presidência da Mesa, o Sr. Senador Guido Mondin).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados na sessão de ontem pelo Senhor Senador Vasconcelos Torres:

Nº 85, ao Ministério das Minas e Energia;
Nº 66, ao Ministério da Educação e Cultura;
Nº 67, à Superintendência Nacional do Abastecimento;
Nº 64, ao Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido.

E' lido o seguinte:

Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1965

Torna obrigatório às representações oficiais do Brasil, no exterior, o uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todas as representações oficiais do Brasil, no exterior, sejam diplomáticas, comerciais, civis ou militares, ficam obrigadas ao uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional.

Art. 2º Ao item V, do art. 7º da Lei nº 2.145, de 29-12-53, modificado pelo art. 56 da Lei nº 3.214, de 14 de agosto de 1957, acresce-se o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. Não se consideram como bem de propriedade, para os efeitos deste artigo, os veículos automóveis de propriedade dos funcio-

nários da carreira diplomática e dos servidores públicos civis e militares, adquiridos no exterior e que não sejam de fabricação brasileira.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A indústria automobilística brasileira já ocupa lugar de destaque entre os países produtores de veículos automóveis, estando, mesmo, produzindo com toda a sua capacidade instalada.

O equilíbrio do Balanço de Pagamentos do Brasil só será possível com o aumento das exportações, principalmente, dos produtos manufaturados.

Exportar é o ato de comércio. E vender e, sendo assim, só vende quem usa de publicidade.

Para o fim de exportar, a mais eficiente propaganda do veículo fabricado no Brasil é o seu trânsito pelas ruas de países estrangeiros. O privilégio encoberto sob a capa de "bem de propriedade", que se intenta por fim, não tem mais cabimento e é em benefício do Brasil que ele deve ser abolido.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1965. — Vasconcelos Torres.

LEGISLAÇÃO CITADA

Art. 56. O art. 7º da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Independência de licença, bem como de cobertura cambial obtida em licitação de divisas:

- I —
- II —
- III —
- IV —

V — os bens de propriedade dos funcionários da carreira diplomática e por estes trazidos quando removidos para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores; os que pertencerem a funcionários falecidos no exterior, e os dos servidores do exterior, dispensados de comissão de caráter permanente, exercida em terra, por mais de 6 meses, observada, em qualquer caso, a condição de que não se destinem a comércio".

Sala das Sessões, em 24 de março de 1965. — Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O projeto que acaba de ser lido vai às Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

Vai ser lido documento que, de acordo com o Regimento Interno, passa a ser considerado, desde logo, como Resolução, devido ao número de assinaturas que contém.

E' lida a seguinte:

Resolução nº 24, de 1965

Insta a Comissão Parlamentar de Inquérito para o levantamento do custo de fabricação de veículos pela indústria automobilística nacional.

Artigo único. Nos termos do artigo 53 da Constituição Federal e 149, letra A do Regimento Interno, é constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito de 11 membros, para apurar até o fim da presente Sessão Legislativa, os custos de produção dos veículos fabricados pela indústria automobilística nacional, apurando-se os benefícios fiscais, cambiais, creditícios e comerciais através de importação de máquinas e equipamentos como investimentos de capitais, isentos dos impostos afandegários e de consumo e ainda o estudo comparativo dos preços desses veículos desde que a indústria foi im-

plantada até a presente data, estendendo-se a investigação não somente às empresas montadoras de automóveis, caminhões e de tratores, como também à indústria de auto peças.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1965. — Vasconcelos Torres — Eurico Rezende — Mello Braga — Joaquim Parente — José Feliciano — Benedito Valadares — Argemiro de Figueiredo — Adalberto Senna — Pedro Ludovico — Menezes Pimentel — Edmundo Levi — Walfredo Gurgel — Josaphat Marinho — Raul Gruberto — Heribaldo Vieira — Silvestre Pérciles — Ruy Carneiro — Lopes da Costa — Barros Carvalho — Nogueira da Gama — Faria Tavares — Afonso Arinos — Guido Mondin — Dylton Costa — Zacharias de Assumpção — Dix Huit Rosado — Pessoa de Queiroz — José Guimard — Vicente Augusto — Aarão Steinbruch — Victorino Freire — Vivaldo Lima — Arnon de Melo — José Leite — Aurélio Vianna — Dinarte Mariz — Miguel Couto — José Ermirio — Eugenio Barros — Nelson Maculan — Atílio Fontana — Sebastião Archer.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O documento que acaba de ser lido contém subscretores em número suficiente para constituir, desde logo, resolução do Senado. Nos termos do art. 53 da Constituição e do art. 149-A do Regimento Interno, será publicada, para que produza os devidos efeitos.

Sobre a mesa Ofícios que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

OFÍCIO

Brasília, 17 de março de 1965.
Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao Projeto de Lei do Senado nº 94-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno, da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

OFÍCIO

Brasília, 17 de março de 1965.
Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Economia emitir seu parecer no prazo de 15 dias, ao Projeto de Lei do Senado nº 60-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno, da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador José Ermirio, Presidente em exercício.

OFÍCIO

Brasília, 16 de março de 1965.
Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao Projeto de Lei do Senado nº 85-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno, da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

OFÍCIO

Brasília, 16 de março de 1965.
Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao Projeto de Lei do Senado nº 86-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno, da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

OFÍCIO

Brasília, 16 de março de 1965.
Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao Projeto de Lei do Senado nº 87-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno, da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

OFÍCIO

Brasília, 16 de março de 1965.
Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao Projeto de Lei do Senado nº 1-65, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno, da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

OFÍCIO

Brasília, 16 de março de 1965.
Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao Projeto de Dec. Legisl. nº 164-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno, da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

OFÍCIO

Brasília, 17 de março de 1965.
Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Economia emitir seu parecer no prazo de 15 dias, ao Projeto de Lei da Câmara nº 10-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno, da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador José Ermirio, Presidente em exercício.

OFÍCIO

Brasília, 16 de março de 1965.
Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao Projeto de Lei do Senado nº 80-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno, da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

OFÍCIO

Brasília, 16 de março de 1965.

Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao Projeto de Lei da Câmara nº 132-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

OFÍCIO

Brasília, 16 de março de 1965.

Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao Projeto de Dec. Legisl. nº 161-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno, da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

OFÍCIO

Brasília, 16 de março de 1965.

Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao Projeto de Lei do Senado nº 174-63, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

OFÍCIO

Brasília, 16 de março de 1965.

Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao Projeto de Lei da Câmara nº 191-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno, da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

OFÍCIO

Brasília, 16 de março de 1965.

Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao Projeto de Lei da Câmara nº 179-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

OFÍCIO

Brasília, 16 de março de 1965.

Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao Projeto de Lei da Câmara nº 132-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno, da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao Projeto de Lei da Câmara nº 286-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno, da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

OFÍCIO

Brasília, 16 de março de 1965.

Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao Projeto de Lei da Câmara nº 2-65, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno, da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

OFÍCIO

Brasília, 16 de março de 1965.

Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao (Projeto) Ofício do STF número 1.570-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno, da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

OFÍCIO

Brasília, 16 de março de 1965.

Senhor Presidente:

Atendendo não ser possível a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer no prazo de 30 dias, ao (Projeto) Ofício do STF número 1.571-64, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de conformidade com o artigo 120, § 1º, do Regimento Interno da necessidade de prorrogá-lo por igual período.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Afonso Arinos, Presidente

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação. Nos termos do Regimento, depois de publicados, passarão a produzir os efeitos a que visam, isto é, prorrogação de prazo para os trabalhos das Comissões.

Está esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEN DO DIA:

Votação, em primeiro turno da segunda tramitação, no Senado, do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963 (nº 2-A de 1963, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao § 1º do artigo 28 da Constituição Federal (que estabelece os casos em que os Prefeitos dos Capitais sejam nomeados pelos Governadores dos Estados), tendo Parecer favorável, sob nº 701, de 1963, da Comissão Especial.

Dispõe o Regimento, art. 367:

“A votação do projeto de emenda à Constituição far-se-á pelo processo nominal e com o quorum de dois terços da totalidade dos Senadores”.

Vai-se proceder à chamada. Ao ser chamado cada um responderá sim ou não, conforme seja favorável ou contrário ao projeto o voto que deverá emitir será feita de Norte para o Sul.

(Procede-se à chamada)

RESPONDEM “SIM” OS SENHORES SENADORES

Adalberto Senna
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Zacharias de Asumção
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Victorino Freire
Joaquim Parente
Menezes Fimentel
Antônio Jucá
Vicente Augusto
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Walfredo Gurgel
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
José Ermirio
Silvestre Pérciles
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira
Dilton Costa
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josephat Marinho
Eurico Rezende
Raul Gubert
Miguel Couto
Aarão Steinhilber
Vasconcelos Torres
Afonso Arinos
Aurício Vianna
Farias Tavares
Benedicto Valladares
José Feliciano
Pedro Ludovico
Lopes da Costa
Bezerra Neto
Meio Braga
Guido Mondim
Daniel Krieger

RESPONDE “NÃO”:

José Guimard

O SR. PRESIDENTE

(Nogueira da Gama) — Responderam “SIM” 43 Srs. Senadores; “NÃO” 1 Sr. Senador.

O projeto foi aprovado, em seu primeiro turno

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

Nº 8, DE 1963

(Nº 2-A, de 1963, na Câmara dos Deputados)

Dá nova redação ao § 1º do artigo 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. O § 1º do art. 28 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º Poderão ser nomeados pelos Governadores dos Territórios os Prefeitos das respectivas Capitais, bem como pelos Governadores dos Estados e Territórios os Prefeitos dos Municípios onde houver: estâncias hidro-minerais naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União”.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Este é o primeiro turno da segunda tramitação. Decorrido o prazo regimental, o projeto voltará à Ordem do Dia, para prosseguimento da sua tramitação, nos termos regimentais.

Passa-se ao item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara, nº 100 de 1963 (nº 486-B de 1963, na Câmara de origem) que altera a redação do artigo 870 do Código de Processo Civil, permitindo que mandado de recurso, originário de comarca diversa daquela em que está situada a superior instância, seja efetuado no próprio Juízo ou Tribunal “ad quem”, tendo Parecer favorável sob nº 51, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o projeto.

O SR. FÁRIA TAVARES — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente o presente projeto pode, aparentemente, ser de reduzida importância quanto ao interesse que, a respeito da matéria, pudessem acaso ter os Senhores Senadores.

Ocorre, porém, que no campo das atividades profissionais do advogado e da ação da justiça, tem ele o maior alcance, com repercussão que pode ser de aspecto positivo como pode ser de aspecto negativo.

A permissão estatuida no projeto, de se fazer preparo de recursos nas Comarcas diversas daquela em que está situada a superior instância vem criar sérios problemas aos interesses profissionais dos advogados, principalmente dos advogados das Comarcas mais distantes das sedes dos Tribunais de Justiça dos Estados.

Atualmente, Srs. Senadores, em todos os Estados e em todos os Tribunais de Justiça, existe, já devidamente estruturada, a repartição própria para o preparo de recursos desta natureza. De modo que um projeto, propondo a permissão desse preparo, na primeira instância, vem multiplicar o trabalho de fiscalização dos processos que ascendem à instância superior, dificultando, ao mesmo tempo, a própria fiscalização das datas referentes a esses prazos.

Por isso, chamamos a atenção dos Srs. Senadores para a importância desta decisão. Entendemos que, na verdade, como está exigido no atual Código de Processo Civil, estaremos consultando muito melhor aos interesses profissionais de quantos militam na advocacia, no País.

Admitir-se que o preparo se faça em primeira instância, é balbúrdia a técnica de fiscalização desses preparos em segunda instância. Além disso, os prazos para preparo correm em segunda instância, em publicações feitas em jornais oficiais, nas Capitais dos Estados, ao passo que aqui, como se pretende no projeto, esse prazo passaria a correr por certidões lavradas pelos próprios oficiais do processo, nas Comarcas de origem.

Por estas razões, entendemos que o Senado agirá acertadamente se deliberar recusar o projeto, se deliberar manter os termos do art. 870, do Código do Processo Civil. Não tenhamos ilusões. Se estudarmos a repercussão de uma alteração como esta numa Comarca, por exemplo, como a de Anápolis ou Rio Verde, no Estado de Goiás, ou como na de Uberaba, no Triângulo Mineiro, e em outras que se distanciam tanto ou mais, de dias e dias, não raro, das Capitais dos Estados, iremos ter problemas seríssimos para o ajustamento do prazo de preparo, aquele que deve ter corrido ou deva correr em segunda instância.

Def. por que entendemos que o projeto não deva merecer a acolhida do Senado, pois ao invés de retificação a lei para aprimorá-la, estaremos alterando-a para piorá-la, criando dificuldades maiores à própria justiça, que já tem, em segunda instância, repartições próprias, repartições adequadas, devidamente estruturadas.

para a abertura de prazos de preparo e, ao mesmo tempo, o controle da execução, da aplicação ou da obrigação, digamos assim, desse preparo em segunda instância.

Por estes motivos entendemos que o Senado agiria bem, agiria acertadamente, recusando o presente projeto. (Muito bem! muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Continua em discussão a matéria.

O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores. Relator que fui da matéria na Comissão de Justiça, o dever me conduziu a discutir a matéria no instante em que o eminente Sr. Senador Faria Tavares, com o seu brilho...

O Sr. Faria Tavares — Obrigado a V. Exa.

O SR. EURICO REZENDE — ... e a sua respeitabilidade de jurista, faz restrições à aprovação do projeto.

Entendo, Sr. Presidente, que a inovação processual que se procura realizar tem por objetivo facilitar as partes e os advogados, no ângulo dos recursos e das apelações.

De acordo com a norma processual vigente o preparo, vale dizer, o pagamento das custas processuais, se verifica no Tribunal destinatário, criando uma série imensa de inconvenientes, de embaraços — inconvenientes e embaraços estes que se alargaram com a transferência da capital para este planalto. Figuremos a prática usual: a parte perdeu uma questão em Juízo de primeira instância, recorre para o respectivo Tribunal de Justiça. Se a parte não pagar as custas devidas a Secretaria do Tribunal de Justiça, no prazo legal, o recurso recebe o impacto da deserção. Ocorre, então, que muitas vezes a parte vê sacrificado o seu direito, exclusivamente porque não diligenciou, a tempo e a hora, o preparo do recurso.

Como está contido no projeto ora em discussão, a parte poderá preparar o recurso na própria instância originária.

Para isso, o § 2º do artigo 1º do projeto obriga a secretaria dos Tribunais a publicação, pelo menos duas vezes por ano, da tabela de custas cobráveis. Feito o recurso e obtida a dimensão das custas pela consulta à tabela, a parte, ou o advogado, através de cheque ou através de comprovante, de vale postal expedido para o Tribunal, comprova, perante o cartório da sua comarca, a garantia do pagamento. Então, a parte fica inteiramente des preocupada, porque está feito o preparo do recurso.

Dizia, eu, Sr. Presidente, que o projeto se tornou conveniente ainda com a transferência da Capital para Brasília.

O Sr. Faria Tavares — Permite a V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. Faria Tavares — A minha dificuldade em aceitar a inovação está, exatamente, nos embaraços que acaso podem ocorrer quanto aos critérios de certidões no decurso do prazo, em primeira instância. Pergunto a V. Exa.: qual seria o critério, não previsto na reforma, pelo qual os escrivães certificariam o início do decurso do prazo para pagamento do preparo? Além disso conhecemos as influências maiores ou menores que determinados profissionais têm sobre os serventários de justiça. De modo que, em muitos casos, sem dúvida, haveria oportunidade de protelação do início do prazo para esse preparo em primeira instância, o que não

ocorre em segunda instância. De modo que umas partes teriam favorecidas, enquanto as outras seriam prejudicadas. E, mais, feito o preparo em primeira instância, chega o processo em segunda instância e o funcionário que o recebe é obrigado a estar aguardando a chegada da prova de pagamento do preparo. Enquanto isso o processo estará paralisado, nenhuma diligência poderá ser tomada para seu andamento. Entendo, pois, que essa mecânica do processo de andamento dos autos de primeira para segunda instância será prejudicada através de uma série de expedientes de que podem lançar mão, não somente os advogados, como os serventários de justiça, como é muito comum em casos de maior importância. Dai a minha dificuldade. Essa a observação que faço a V. Exa., para demonstrar que não é tão fácil assim a aceitação da inovação proposta nesse projeto.

O SR. EURICO REZENDE — Respondendo ao aparte de V. Exa., setor por setor.

Quanto à instauração do prazo na instância originária, já há a previsão processual. No juízo inicial aplicar-se-á então a regra do prazo para preparo quanto às apelações. A parte seria intimada para fazer o preparo.

O SR. FARIA TAVARES — Muito bem! A arbitrio de quem?

O SR. EURICO REZENDE — Por despacho do juiz. A presunção é de que o juiz acompanha todo o processo, desde o despacho, a petição inicial, até a subida do processo à superior instância.

O Sr. Faria Tavares — Como percebe V. Exa., nesse projeto não há qualquer referência ao *modus faciendi* da abertura do prazo para o preparo, aí, em primeira instância.

O SR. EURICO REZENDE — Não há, porque não há necessidade. V. Exa. percorra o Código de Processo Civil e verá prazos para pagamento de custas.

O Sr. Faria Tavares — Perdão, Senador Eurico Rezende, entendo que há necessidade, porque, em se tratando de segunda instância, o Código de Processo prevê expressamente a publicação nos jornais oficiais do início do processo.

O SR. EURICO REZENDE — Mas V. Exa. há de convir que, quando o processo chega com o recurso a superior instância, o secretário do Tribunal verifica a certidão do escrivão do feito no sentido de que a parte, através de certificado do registro postal, número tal — e aí se mencionam as características do certificado — fez o depósito, garantiu o juízo, a instância superior.

Ora, não se poderia admitir que o secretário do Tribunal fizesse desrespeito do escrivão da instância inferior que, de resto, tem fé pública.

O Sr. Faria Tavares — Quanto a isso não há dúvida.

O SR. EURICO REZENDE — Mas V. Exa. menciona aí um inconveniente: pode ocorrer que a quantia referente ao preparo, cujo prazo é de dez dias na instância superior, não alcance o secretário da instância superior dentro daquele decurso. Vamos admitir que o Presidente do Tribunal — ou provocado, ou *ex officio* — decreta a deserção.

Então, a parte poderá pedir a revogação do despacho que decretou a deserção, efetuando o pagamento supervenientemente, porque é um caso realmente de revogação do despacho de deserção.

O Sr. Faria Tavares — Mais um aparte, Senador?

O SR. EURICO REZENDE — O que importa é ter-se a certeza de que a parte, ou o advogado desta, efetuou o pagamento.

O Sr. Faria Tavares — A matéria é de importância para nós. Como advogados, acreditamos que devemos dar ao problema a melhor solução. Como o processo de preparo em segunda instância já é previsto no Código de Processo, por normas igualmente conhecidas, que evidentemente obedecem a, determinadas, cautelares, no resguardo dos interesses da justiça e da parte, entendo que este projeto só poderia prosperar no momento se também fosse acompanhado de normas reguladoras do processo de preparo em primeira instância. Percebe V. Exa. que, no projeto não há uma referência, sequer, à maneira pela qual o preparo deve fazer do ponto de vista prazo, decurso do prazo, intimação das partes, publicação nos jornais locais, etc.

O SR. EURICO REZENDE — Mas a utilização desta faculdade é optativa. Convoco a atenção de V. Exa. para o § 1º do Art. 1º.

O Sr. Faria Tavares — O § 1º não altera nada.

O SR. EURICO REZENDE — (le)

§ 1º Em se tratando de recurso originário de comarca diversa daquela em que está situada a superior instância o preparo poderá ser feito, ...

A lei não obriga o preparo na Comarca de origem ou na própria instância superior...

O Sr. Faria Tavares — Preparo, a partir de quando?

O SR. EURICO REZENDE — A partir do prazo estabelecido no Código de Processo.

O Sr. Faria Tavares — Mas o prazo estabelecido no Código de Processo é para segunda instância, não o estabelece para a primeira instância.

O SR. EURICO REZENDE — Pelo projeto, o preparo é tido como feito no prazo aberto na superior instância. É considerado feito o preparo no instante em que a parte ou seu advogado comprova a remessa do numerário destinado à cobertura.

O Sr. Faria Tavares — V. Exa. parece que está equivocado. A abertura do prazo para preparo, em segunda instância, pressupõe a presença do processo em segunda instância, da chegada dos autos.

O SR. EURICO REZENDE — Melhor ainda, o argumento de V. Exa. favorece a minha tese, porque a parte, nesse caso, está fazendo o preparo antes do processo chegar à segunda instância.

O Sr. Faria Tavares — Não há nenhuma norma reguladora, em primeira instância, para que a parte tenha obrigação de fazê-lo num determinado prazo, cujo decurso deve partir de um ato qualquer de Judiciário, ou do cartório. E isso não está no projeto.

O SR. EURICO REZENDE — Se o processo não chegou ainda a superior instância e a parte efetuou o pagamento, efetuou o preparo antes de vigor o processo, esta operação está perfeitamente regular e, mais do que tempestiva, porque, o que a lei pune, a sanção é para a extinção do prazo. Quer dizer, se a parte faz o pagamento antes da vigência do prazo, não há que se falar em caducidade, em preempção ou esgotamento do prazo.

O Sr. Faria Tavares — Não. Mas parece que o projeto, no § 1º do artigo, se refere ao pagamento em primeira instância.

O SR. EURICO REZENDE — O pagamento é feito em primeira instância, mas para efeito de preparo em segunda instância.

O Sr. Faria Tavares — Muito bem. A contar de que momento? Do prazo que decorre em segunda instância? Ou do prazo que decorre da primeira instância?

O SR. EURICO REZENDE — Há que se falar, exclusivamente, que a parte está efetuando o pagamento antes do prazo.

O Sr. Faria Tavares — Quanto a isto não haveria dúvidas. Se fosse efetuado antes do prazo, estaria, evidentemente, dentro do prazo. Mas minha dúvida é que, quanto a cada instância, não há norma reguladora do momento em que este preparo deve ser feito.

O SR. EURICO REZENDE — Mas não há necessidade, porque V. Exa. há de convir e repito agora — a lei estabelece o prazo para o preparo das apelações.

O Sr. Faria Tavares — Em segunda instância.

O SR. EURICO REZENDE — Não! De primeira para segunda instância.

O Sr. Faria Tavares — Preparo para subida do processo, não preparo de recurso.

O SR. EURICO REZENDE — Pois bem. O Juiz intima a parte para efetuar o pagamento das custas vencidas...

O Sr. Faria Tavares — De acordo.

O SR. EURICO REZENDE — ... e seguida das custas vencidas.

O Sr. Faria Tavares — Em segunda instância.

O SR. EURICO REZENDE — Em segunda instância, obviamente.

O Sr. Faria Tavares — Nossa dificuldade está exatamente nisso. O preparo em segunda instância se deve fazer perante autoridade competente, que são as autoridades de segunda instância. No caso, se faria perante autoridade de primeira instância. Por isso entendemos que é necessário uma norma, um preceito, uma regra.

O SR. EURICO REZENDE — Está aqui. É justamente por isso que se está alterando o Código de Processo.

O Sr. Faria Tavares — O assunto não está tão claro assim, pois se tanto V. Exa. quanto eu, que temos experiência como advogados de segunda instância e, conseqüentemente, de primeira, na primeira interpretação do texto do projeto ambos, V. Exa. e eu, como advogados, divergimos, imagine V. Exa. na primeira causa em que o problema surgir, em qualquer parte do território nacional.

O SR. EURICO REZENDE — Não vejo dificuldade, Exa.

Figuremos: pagando as custas da apelação no Juízo originário, em seguida a parte é intimada.

O Sr. Faria Tavares — Mas não está escrito isso.

O SR. EURICO REZENDE — Não precisa ser intimada, porque, como disse, o preparo antecipado, o preparo na primeira instância é facultativo.

O Sr. Faria Tavares — Sendo facultativo, ele estaria condicionado a uma norma.

O Sr. Vicente Augusto — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com muito prazer.

O Sr. Vicente Augusto — Pela discussão havida, entendemos que tanto o orador como o apartante têm razão.

O SR. EURICO REZENDE — Ainda bem que V. Exa. chega a esta Casa sob o signo da conciliação.

O Sr. Vicente Augusto — Com efeito, o prazo, para preparo dos recursos previsto no Código de Processo, é para decorrer perante o Tribunal. O projeto visa a atender às conveniências das partes do interior que, então, teriam dificuldades de se locomover até a capital para efetuar o pagamento do preparo se não tivessem advogado ou quem o fizesse para elas perante o Tribunal. Então o projeto quer obviar essa dificuldade. O artigo fala sobre o que deve ser feito dentro do prazo legal. O nobre apartante por Minas Gerais entende — e acho com razão — que aí se deveria estabelecer um prazo perante a primeira instância, para a parte fazer o depósito do recurso.

O Sr. Faria Tavares — Exatamente isso.

O Sr. Vicente Augusto — Na verdade, o projeto não estabelece esse prazo. O que se poderá fazer é aplicar, por analogia, o mesmo prazo estabelecido para o Tribunal. Daí, diz o apartante, nobre Senador por Minas Gerais, o Juiz, na aplicação da regra, poderá aceitar o princípio de analogia como recusá-lo e, então, como entre dois eminentes advogados está havendo tanta dúvida, esta dúvida poderá haver, como maior razão.

O SR. EURICO REZENDE — Dúvidas houve porque um é eminente e o outro não é!

O Sr. Araújo Lima — Ambos são eminentes, disto estamos certos. Então, não sabemos se já, a esta altura seria possível uma emenda...

O SR. EURICO REZENDE — Perfeitamente possível.

O Sr. Araújo Lima — ... para inserir um prazo para o preparo perante a Justiça de primeira instância. Essa seria a nossa sugestão.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a contribuição do aparte de V. Exa. que nos oferece os primeiros sintomas, aliás cativantes, do brilho de sua presença nesta Casa. Uma emenda nos termos que V. Exa. propõe não faria mal, embora entenda que uma proposição subsidiária não seria imperiosa, não seria absolutamente necessária, isto porque o Código de Processo — pena não estamos com o livro à frente — escalona e especifica vários prazos para cada relação processual e dispõe, se não me falha a memória, que na hipótese de não ocorrer previsão específica, o juiz aplicará uma determinada regra em matéria de prazo. Entendo que o juiz não terá dificuldades de assinar, na inferior instância, um prazo nesse sentido para as partes.

O Sr. Vicente Augusto — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Nesta questão, nobre Senador, entendemos que o prazo não deve ser esse, mas, de modo geral, o de 48 horas, prazo genérico, salvo engano do art. 26 ou 28. Mas

aqui deve ser o mesmo prazo estabelecido perante a instância superior. Seria o caso de fazer uma remissão. O preparo será feito antes da remessa ao próprio Tribunal, no prazo a que se refere o artigo, lá do Tribunal.

O SR. EURICO REZENDE — A minha dúvida Excelência, é não saber se o Código de Processo estabelece o decêndio para o preparo.

O Sr. Vicente Augusto — Parece que são dez dias.

O SR. EURICO REZENDE — Tenho certeza de que o prazo é de dez dias. Mas esse prazo não está previsto na respectiva lei da organização judiciária?

O Sr. Faria Tavares — Não! O prazo é a partir da notificação pelo pelo Tribunal de Justiça, nos diários oficiais.

O SR. EURICO REZENDE — De modo que, acolhendo a sugestão do eminente Senador pelo Ceará, — Estado que sempre nos mereceu todo apreço —

O Sr. Vicente Augusto — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. EURICO REZENDE — ... quer pela sua brilhante representação, nesta Casa, quer pela expressão cultural com que a sua bancada compõe os debates no Senado da República — aceitaria Sr. Presidente, uma emenda nesse sentido, insistindo, porém, em que essa proposição não tem as características de uma necessidade absoluta.

Realmente a matéria fica melhor disciplinada, adquire maior objetividade e clareza com a emenda que poderia, nesse caso ser subscrita pelos ilustres Senadores apartantes, cuja contribuição foi valiosa.

Assim, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade que me ofereceu o eminente Senador Faria Tavares, em obsequio do aperfeiçoamento do projeto. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Continua em discussão o projeto. (Pausa). Sobre a mesa emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte

EMENDA

EMENDA Nº 1

Dê-se ao § 3º do artigo 3º do artigo 870, a que se refere o projeto, a seguinte redação:

“§ 3º. Considerar-se-á deserto o recurso, não preparado no prazo legal, que será no Juízo de primeira instância igual ao fixado para a segunda, a contar da intimação às partes, por despacho do juiz”. as) Faria Tavares — Vicente Augusto.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A justificativa da emenda resultou do discurso do nobre Senador Eurico Rezende e dos apartes dados a S. Exa. pelos nobres Senadores que participaram do debate da matéria.

Continua em discussão o projeto, com a emenda que acaba de ser lida. (Pausa).

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja fazer uso da palavra vou declarar encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada a discussão.

A matéria sai da Ordem do Dia para audiência da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda apresentada.

Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 233, de 1964, (nº 288-B na Casa de origem) que equipara as atletas profissionais aos trabalhadores autônomos para efeito das contribuições da Previdência Social, tendo — Pareceres sob ns. 58 e 69, de 1965, das Comissões de: — Legislação Social favorável, sugerindo audiência da Comissão de Finanças; e — Finanças, favorável, com emenda que oferece de nº 1-CF.

Em discussão o projeto com a emenda. (Pausa).

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra vou declarar encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada a discussão.

Em votação o projeto sem prejuízo da emenda.

A votação será feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 75, de 1963

Requeiro destaque para rejeição do art. 4º do projeto.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1965. — Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O projeto, segundo foi anunciado pela mesa, de acordo com o Regimento Interno, deve ser submetido à votação secreta, por envolver benefícios a pessoas nele referidas. Acontece, porém, que o destaque diz respeito ao art. 4º, assim redigido:

“As entidades e atletas que se encontrarem em atraso no pagamento de contribuições, devidas ajuizadas ou não, poderão liquidá-las no prazo de 4 (quatro) anos”.

E' evidente que o destaque é para rejeição de dispositivos que favorece a entidade e atletas, e assim, nega benefícios. Visa portanto, justamente o contrário do que exige o Regimento Interno para estabelecer votação secreta. Em tais condições, o requerimento vai ser submetido à votação, ostensivamente.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de destaque para rejeição do artigo 4º do projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. Assim, está destacado, dentro do projeto, o artigo 4º para rejeição.

Passa-se à votação da parte restante do projeto em escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa).

Vai-se proceder à contagem. (Pausa).

Votaram 28 Senhores Senadores.

Não há número.

Vai-se proceder à chamada, do Norte para Sul, para verificação de presença.

(Procede-se à chamada)

RESPONDEM A CHAMADA OS SEQUINTE SENHORES SENADORES:

Adalberto Sena,
José Guilomard,
Oscar Passos,
Vivaldo Lima,
Edmundo Levi.

Zacharias de Assumpção.

Eugênio Barros.
Victorino Freire.
Joaquim Parente.
Menezes Pimentel.
Antonio Jucá.
Vicente Augusto.
Dix-Huit Rosado.
Dinarte Maria.
Walfredo Gurgel.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Silvestre Péricles.
Arnon de Melo.
Heribaldo Vieira.
Dilton Costa.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Josaphat Marinho.
Eurico Rezende.
Raul Giuberti.
Miguel Couto.
Vasconcelos Torres.
Afonso Arinos.
Aurélio Vianna.
Faria Tavares.
Nogueira da Gama.
José Feliciano.
Pedro Ludovico.
Lopes da Costa.
Bezerra Neto.
Nelson Maculan.
Melo Braga.
Guido Mondim.
Daniel Krieger.

O Sr. Presidente (Nogueira da Gama) — Responderam à chamada 40 Srs. Senadores.

Vai-se repetir a votação, em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico. Em votação o projeto sem prejuízo da emenda. (Pausa).

(Procede-se à votação)

Vai ser feita a apuração. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Votaram “sim” 33 Srs. Senadores; 4 Srs. Senadores votaram “não”. Foram 4 abstenções.

O projeto foi aprovado.

A emenda apresentada ao projeto é de iniciativa da Comissão de Finanças. Está, no entanto, prejudicada em virtude de ter sido apresentada ao Art. 4º que diz o seguinte:

“Onde se lê: “no prazo de 4 (quatro) anos”, leia-se, no prazo de 1 (um) ano.

Acontece que o Art. 4º, em virtude de destaque aprovado pelo Plenário, para rejeição foi afastado do projeto. Em consequência, a emenda está prejudicada.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, V. Exa. julgou prejudicada a emenda apresentada pela Comissão de Finanças e motivou a pela iniciativa do nobre Senador Antonio Jucá, relator da matéria.

Entendo e manifestei a inconformidade, através de questão de ordem, que, neste instante suscito, em relação à proposição acessória que não está prejudicada. O artigo 4º, cuja supressão foi determinada pelo Plenário, dispõe:

“As entidades e atletas que se encontrarem em atraso no pagamento de contribuições, devidas ajuizadas ou não, poderão liquidá-las no prazo de 4 (quatro) anos”.

Vale dizer, o art. 4º dava um prazo de 4 anos. A Comissão de Finanças julgou excessivo esse prazo e propôs que fosse reduzido para 1 (um) ano.

A emenda da Comissão de Finanças diz o seguinte:

"Onde se lê: 'no prazo de 4 (quatro) anos', leia-se: 'no prazo de 1 (um) ano'."

Desaparecido o texto do art. 4º, V. Exa. entende que a emenda está aprovada, porque não tem forma de entendimento completo. Mas o que cumpre examinar, neste caso, não é a forma, é o objetivo da emenda. Se a emenda for aprovada pelo Plenário, a solução será dada, através da Comissão de Redação. A resolução final dará sentido à emenda da Comissão de Finanças.

Nestas condições, Sr. Presidente, levanto a presente questão de ordem, para que V. Exa. considere válida a apresentação da emenda nº 1, reformando a decisão de V. Exa., que a julgou prejudicada.

O SR. ANTÔNIO JUCÁ:

(Pela ordem — Sem revisão do orador.) — Senhor Presidente, considero a questão dessa subemenda da mais alta relevância.

Existem atletas profissionais contratados por clubes há dez, às vezes, há quinze anos. Esses homens vão entrar, pela primeira vez, para a Previdência Social e não têm de maneira alguma condições para pagar todo o atrasado.

Procurou-se então, tornar possível o pagamento da dívida, dividindo-a em doze prestações. Se o artigo dizia que eles teriam 4 anos para saldar essa dívida, precisamos reconhecer, também, a impossibilidade de atletas, empregados de associações esportivas, saldarem todo esse atrasado de dez ou quinze anos, pois não dispõem de recursos materiais para tanto.

Essa é o sentido dado na Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Lamento a impossibilidade material e jurídica em que me encontro de acolher os argumentos dos nobres Senadores Eurico Rezende e Antônio Jucá.

O Plenário aprovou pedido de destaque do nobre Senador Eurico Rezende, para rejeição do Art. 4º do projeto.

O dispositivo está assim redigido:

As entidades e atletas que se encontrarem em atraso no pagamento de contribuições, dívidas ajuizadas ou não, poderão liquidá-las no prazo de 4 anos.

Aprovado o destaque para rejeição, evidentemente o dispositivo é cancelado. Não existe, portanto, na proposição, esse dispositivo. Claro é que a Comissão de Redação não tem os poderes que lhe atribui o nobre Senador Eurico Rezende. Não pode reavivar texto cancelado pelo projeto para lhe dar vida nova, a fim de introduzir no mesmo a emenda da Comissão de Finanças, para reduzir o prazo de liquidação das dívidas ajuizadas para um ano.

É evidente que os nobres Senadores não têm razão na argumentação que formulam, uma vez que o dispositivo principal deixou de existir. A proposição acessória não pode ser tomada em consideração. Portanto, a Mesa mantém a sua decisão, considerando prejudicada a emenda.

Vai o projeto à Comissão de Redação para redigir o vencido.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 233, DE 1964

(Nº 233-B-63, Na Câmara)

Equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos para efeito das contribuições da Previdência Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Para os fins e efeitos da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 e respectivo regulamento, baixado com o Decreto número 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, ficam os atletas profissionais de associações esportivas equiparados aos trabalhadores autônomos.

Art. 2º O salário de contribuição dos atletas profissionais obedecerá ao estabelecido na alínea "a" do art. 69 da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Art. 3º As entidades a que estiver o segurado vinculado por contrato procederão ao pagamento de suas contribuições e ao desconto do que for devido por seus atletas, na forma da lei.

Art. 4º As entidades e atletas que se encontrarem em atraso no pagamento de contribuições devidas ajuizadas ou não, poderão liquidá-las no prazo de 4 (quatro) anos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão em turno suplementar do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1965 (nº 122-B-63, na Casa de origem), que estende o direito a dos Estados e Territórios, tendo prisão especial aos guardas-civis — Parecer. nº 125, de 1965 da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Item 4.

Em discussão. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador pedindo a palavra, encerro a discussão.

Não havendo emendas nem requerimento, no sentido de que seja submetida a votação, é o substitutivo considerado definitivamente aprovado, independentemente de votação, nos termos do Art. 275-A, parágrafo 5º do Regimento Interno.

E' o seguinte o Substitutivo aprovado:

Redação para discussão suplementar do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1965 (nº 122-B-63, na Casa de origem.)

Estende aos guardas-civis dos Estados e Territórios o benefício previsto no Art. 295 do Código do Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 295 do Código do Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) passa a vigorar com o seguinte número:

XII Os guardas-civis dos Estados e Territórios, ativos ou inativos".

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Projeto voltará à Câmara dos Deputados. Para acompanhar nessa Casa do Poder Legislativo o Substitutivo do Senado é designado o nobre Senador Jefferson de Aguiar, Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

Item 5:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado, número 31, de 1964, de autoria do que autoriza a emissão de selo Senhor Senador Ruy Palmeira, postal comemorativo do 1º Centenário do Município de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas (Projeto aprovado em 1º turno em 17-3-65), tendo — Pareceres favoráveis (nºs 1.675 a 1.677, de 1964) das Comissões: — de Constituição e Justiça; — de Transportes Comunicações e Obras Públicas e — de Finanças.

Em discussão o Projeto. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro a discussão encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que o Projeto seja submetido a votos, é o mesmo dado como definitivamente aprovado, independentemente de votação, nos termos do Artigo 272-A, do Regimento do Senado.

E' o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 1964

Autoriza emissão de selo postal, comemorativo do 1º Centenário do Município de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a emitir uma série de selo postal, comemorativo do 1º Centenário da elevação do município de São Miguel dos Campos, em Alagoas, à categoria de cidade.

Art. 2º O selo postal comemorativo a que se refere o artigo anterior, representará a effigie do Vinconde de Sinimbu.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Projeto vai à Comissão de Redação.

Item 6:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1964, de autoria do Senhor Senador Edmundo Levi, que acrescenta parágrafo ao artigo 1º do Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1957 (Projeto aprovado em primeiro turno em 17 de março de 1965), tendo — Pareceres favoráveis (sob números 1.512 e 1.513, de 1964) das Comissões: — de Constituição e Justiça e — de Indústria e Comércio.

Em discussão o Projeto. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que o Projeto seja submetido a votos, é o mesmo dado como definitivamente aprovado, independente de votação, nos termos do Art. 316-A, do Regimento Interno

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 1964

Acrescenta parágrafo ao artigo primeiro do Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1957.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 1º do Decreto-lei nº 58 de 10 de dezembro de 1957 fica acrescido do seguinte:

§ 6º Sob pena de incorrerem em crime de fraude, os vendedores que quiserem invocar, como argumento de propaganda, a proximidade do terreno com algum acidente geográfico, cidade, fonte hidromineral, termal, ou qualquer outro motivo de atração ou valorização, serão obrigados a declarar no memorial descritivo e a mencionar nas divulgações, anúncios e projectos de propaganda, a distância métrica a que se situa o imóvel do ponto invocado ou tomado como referência.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Projeto irá à Comissão de Redação.

Discussão, em primeiro turno, (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do Artigo 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 1963, de autoria do Senhor Bezerra Neto, que anula os casos de desapropriação de interesse social definidos na Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, regula a reacquirição de imóveis alienados pelo poder público e toma outras providências, tendo — Pareceres sob nº 428, de 1964, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto quanto à constitucionalidade. (Pausa.)

Há sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 76, de 1965

Nos termos dos arts. 212, letra "a" e 274, letra "b", ao Regimento Interno, requerio adiamento ao Projeto de Lei do Senado nº 152, de 1965, pelo prazo de 10 dias.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1965. — Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência da aprovação do requerimento o projeto é retirado da Ordem do Dia, para a ele retornar findo o prazo que foi concedido.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos

Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto. (Pausa.)

S. Exa não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Dix Huit Rosado. (Pausa.)

Não está presente.

Não há mais oradores inscritos

Lembrando aos Senhores Senadores que hoje, às 21,30 horas, as duas Casas do Congresso Nacional se reunirão, em sessão conjunta, no plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação de vetos presidenciais.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEN DO DIA

Sessão de 25 de março de 1965
(Quinta-feira)

1

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 27, de 1965, pelo qual o Sr. Senador Gilberto Marinho e outros Srs. Senadores solicitam a inserção, em ata, de um voto de congratulações com a população católica do País, pela elevação do Arcebispo de São Paulo, Dom Agnelo Rossi, ao Cardinalato, dando-se desse voto conhecimento ao novo Cardeal e ao Embaixador do Brasil junto à Santa Sé, para que o transmita a S. S. o Papa Paulo VI e ao Sacro Colégio.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (nº 54-A-63 na Casa de origem) que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado de Minas Gerais, para execução de serviços públicos relativos ao florestamento, reflorestamento e proteção de matas no território do referido Estado, tendo Pareceres favoráveis (ns. 54 e 63, de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 1964 originário da Câmara dos Deputados (nº 71-A-63 na Casa de origem) que mantém decisão denegatória a contrato celebrado entre o Comando da Base Naval de Salvador e o Bude Instaladora Ltda., tendo Pareceres favoráveis (ns. 56 e 57, de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1963 (nº 54-B-63 na Casa de origem) que inclui no Plano Rodoviário Nacional a Rodovia Colônia Sonner-Júlio de Castilho, BR-14, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo Pareceres (números 1.652 e 1.653, de 1964) das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, favorável, com o acréscimo que oferece de ns. 1-CTCOP, e de Finanças, favorável ao projeto e a emenda nº 1-CTCOP.

5

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1963, que assegura ao funcionário público federal e autárquico, para efeito de aposentadoria, o direito de computo para quaisquer Institutos e Caixas de Previdência, tendo Pareceres (números 1.239 a 1.243, de 1964) das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Legislação Social — Primeiro pronunciamento — solicitando audiência do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP); Segundo pronunciamento (depois de cumprida a diligência) pela rejeição; de Serviço Público Civil, pela rejeição; e de Finanças, pela rejeição.

Esse encerrada a sessão.

(Levantada-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR VIVALDO LIMA NA SESSÃO DO DIA 17 DE MARÇO QUE SE REPRODUZ POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES

O SR. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, melhor conhecem de assunto, ao que visa sibilina ou clara-

mente o assunto em que se desdobram as laudas desta despretenciosa oração, malgrado motivos muitos não nos falam para dar-lhe a latitude bastante. São contradições e fétos em toda a parte deste Brasil Grande.

Haverá alguém, porventura, que diante de qualquer coisa irritantemente inacabada, não se lembre de uma santa? Entre nós está — porque esconde-lo? — é comum ouvir-lhe o nome ou mencioná-lo com a indolente zombeteira, tantos são os momentos em que a ela se deva aludir, como que estigmatizando o incúria e desinteresse pela conclusão das obras cujas tarefas intermináveis.

Os que folheiam os periódicos em particular "O Globo", não tiveram, por acaso a sua atenção voltada para um despacho de Lisboa, divulgado nas edições de 15 do corrente, sob o título "Finalmente vai ser terminada a secular Igreja de Santa Engrácia?"

Eis, textualmente, como o assunto chegou ao conhecimento de seus leitores, espalhados pelo país inteiro:

"A pequena igreja lisboeta de Santa Engrácia, também conhecida das construções nunca terminadas, vai ser concluída no próximo ano, de acordo com a decisão do Ministro de Obras Públicas engenheiro Arantes de Oliveira."

A Igreja de Santa Engrácia se havia transformado em Portugal e no Brasil num símbolo que todos empregam quando se trata de incriminar a lentidão da administração ou de qualquer obra pública ou particular.

"E' obra de Santa Engrácia" — diz-se nesses casos.

A história da Igreja que fez nascer tal expressão remonta ao ano de 1630, época em que um judeu inocente condenado lançou uma maldição contra o edifício.

O fato aconteceu assim:

Em 1630, a pequena Igreja do Campo de Santa Clara de Lisboa foi profanada por ladrões que roubaram objetos de culto guardados no tabernáculo.

O Sr. Guido Mondin — Arcebispo da Terceira Esperança na conclusão de Brasília.

O SR. VIVALDO LIMA — Agradeço a V. Exa. o subsídio que traz a meu discurso.

"Para desagravar tal afronta decidiu-se construir um novo templo. Quando já estava terminado, a cúpula desabou. Então a procura dos ladrões se remitiu com redobrado vigor. Um judeu foi, finalmente, acusado condenado e executado. Chamava-se Simon Pires Solis."

Maldição

Até o patíbulo Solis foi protestos de sua inocência decretando:

"Estou tão certo de morrer inocente como de que a construção desta Igreja nunca terminará."

Mais tarde averigou-se que Pires Solis não fora o ladrão mas sua maldição pesou durante mais de três séculos sobre o templo cuja construção jamais foi terminada, apesar de empreitada diversas vezes.

"O Ministro Arantes de Oliveira acaba, com efeito, de decidir que a construção da Igreja de Santa Engrácia, seja realizada já e concluída no próximo ano depois de 336 anos de superstições e chistes, riscando assim a expressão galhofeira do vocabulário popular luso-brasileiro."

O período derradeiro encerra, no entanto, uma promessa que, talvez,

ainda não possa ser cumprida. Se a conclusão está prevista para o ano vindouro, alguma coisa todavia, poderá ocorrer que leve a obra a uma nova interrupção forçada influenciada pelo espírito errante do injustiçado, para o qual ainda são poucos os séculos transcorridos de sua morte violenta no tablado ignominioso, impedindo-a de concluir-se a fim de que muitas gerações se convençam de sua inocência com a ajuda piedosa da própria Santa Engrácia.

Há estrondos de morteiros e clarões de granadas, da terra e do ar, prenunciadores, no entanto de uma sem quartel entre os campos ideológicos opostos que ainda não acertaram os seus ponteiros, desesperando a humanidade da almejada e prometida convivência pacífica duradoura.

Quicá, o Vietnã do Norte e do Sul, como dois irmãos desunidos e irreconciliáveis, cada qual se travestindo de Abel, serão desta vez os estôrvos naturais ou o instrumento de uma vontade espiritual tão imbiável na sua maldição?

Se tal acontecer, então, manter-se-á o símbolo legendário inapagado da memória por séculos afora, como testemunho da falibilidade do julgamento humano, envolvendo o templo causador da desgraça cruel de um infeliz, e que, assim, jamais verá sua construção terminada.

De Lisboa, contudo, não ficando aos acontecimentos explosivos nas plagas da Ásia longínqua, afirma-se que, no próximo ano, após 336 anos de superstições e chistes, se riscará o vocabulário popular luso-brasileiro a expressão galhofeira: "obra de Santa Engrácia".

É possível que a padroeira agora libere da impreciação o que resta daquele edifício, já há mais de três séculos estranhamente contido em seus projetos de tornar-se a Igreja do Campo de Santa Clara.

Os lusitanos assistirão, destarte, ao fim de uma longa e exemplar expiação, interrompendo-se a via purgativa que se abrirá no santo lugar ante o sacrifício atroz e injusto de um ser humano.

De qualquer forma, até lá, isto é, no próximo ano da graça, se houver mesmo, de 1966, a Santa Engrácia culpar-se-á pela lentidão ou inconclusão de coisas muitas em toda parte, sobretudo entre nós, sem exclusão de nenhum quadrante.

Na verdade, tem sido ela sempre a mais lembrada, mal se depara com obras ou se enfrentam rotinas, que desiludem umas e enlouquecem outras.

Dizer do que acontece em nossos rincões, catalogado, tudo na verva popular, como influenciado pela Santa, talvez fosse, pelo número, mais difícil do que penetrar num formulário para censurar a sua laboriosa população...

Alguém ousará contestar ou justificar o abandono e a displicência em matéria de obras públicas, ou privadas, quais esqueletos ou ruínas herdadas de civilizações extintas? Ou mesmo, em terras de iniciativas ou

projetos que seguem os caminhos administrativos no âmbito municipal, estadual ou federal?

Em meu Estado, como exemplo, aí uma centopéia, se quisesse contá-la havia de recorrer a outros familiares para que lhe emprestassem seus próprios tentáculos, a fim de saciar a curiosidade ou o capricho de acertar no cálculo...

Assim sucede ou se observa em todo o Brasil nesse sentido, coisa de prática, aliás, remota e que perdura inexplicavelmente, resistindo inclementemente aos ocasionais governantes e administradores imbuídos não obstante dos mais sadios propósitos.

A burocracia, então, tem sido forte e agressiva às incursões saneadoras. Nos três poderes, infelizmente, tal se vê e se observa, estagnando tudo e esfacelando os esperanças crenças e melhores dias vindouros...

Os cariocas e fluminenses sentem agora nas mãos o peso da população que reúne os estudos sobre a ligação Rio-Niterói. Desde quando, nreça paragens literárias, se cuida disso. Desde que a sua famosa e histórica baía era muito mais ampla...

A esta altura, porém, apesar de Mr. Juarez Távora na Viação, divulgar-se que a ligação tem provocado acirrados debates entre as duas correntes cada uma das quais advogando a construção do túnel e da ponte, em oposição.

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Exa. (Assentimento do orador) — Podemos lembrar o exemplo gaúcho. Nós, também, sofremos todas essas delongas, essas discussões que não acabavam nunca, quando se constituía num "ovo de Colombo" a construção da ponte sobre ilhas fronteiras à cidade de Porto Alegre. O assunto, hoje, pertence ao passado.

O SR. VIVALDO LIMA — É mais um depoimento que se aduz às muitas considerações sobre quanto o Brasil gosta de "obras de Santa Engrácia". Mas, temos a esperança de que para o ano, na palavra de um português-ministro, Santa Engrácia resolva deixar-nos em paz.

(Lendo) — E mais se diz que ambas as correntes têm apresentado razões, mais até agora não chegaram a um denominador comum.

Nem se diga ou se alegue que o Sobral Pinto está no meio para atrapalhar o negócio, se não o fôr da China...

E assim por diante, num infundável rosário de fatos inconsequentes, que poderão comprometer o futuro e o prestígio da própria nação.

Resta-nos, entretanto, Sr. Presidente, o conforto de que, em 1966, seja terminada a construção da Igreja de Santa Engrácia em Lisboa, com o que, então, cessarão os desastrosos efeitos da maldição ouvida de Simon Pires Solis.

Que Santa Engrácia, desde aí, libere compassivamente as nossas próprias obras inconclusas e inspire nossos homens públicos nas iniciativas criadoras engavetadas.

Era o que tinha a dizer. (Aplausos bem).

ATAS DAS COMISSÕES

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

ATA DA VIGESIMA NONA REUNÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1965

Aos dez dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e cinco, às dez horas, na sala de reunião e sob a presidência do Deputado Monseñor Arruda Câmara reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior o Senhor Presidente

submete à aprovação do Conselho os requerimentos de inscrição dos funcionários Leão Teles da Cunha, Nicolau Marques Ferreira Ribeiro Pinto Duarte Fagundes Ribeiro Pinto e Marina Pereira das Neves, sendo os mesmos indeferidos por estarem fora do prazo de inscrição dos funcionários. A seguir o Senhor Leão Freire sugere que o Instituto mantenha a aquisição de carros para os associados; o Conselho decide adiar a solução para outra reunião. Em prosseguimento o Senhor Presidente apresenta esboço de regulamentação para

O empréstimo ordinário aos contribuintes, sendo o mesmo custeado pelo Senhor Luna Freire para relatar. Em continuação trata-se das pensões devidas aos herdeiros dos funcionários falecidos no exercício do cargo, ficando deliberado que as mesmas serão calculadas da mesma forma que a dos Senhores Parlamentares falecidos no exercício do mandato, ou seja, a metade do vencimento previsto para o padrão do funcionário. A seguir o Conselho delibera que o pagamento da carência pelo subsídio atual pode ser feito até dez (10) prestações mensais e sucessivas, acrescidas ao juro de 12% ao ano. Submetido a deliberação requerimento do Senhor Max José da Costa Santos pedindo empréstimo para pagamento do restante da carência, o que é indeferido. Em prosseguimento trata-se do processo de reajuste de pensão de Osmar Barcia Rodrigues, em virtude de promoção com efeito retroativo a data anterior a aposentadoria, sendo o mesmo aprovado. Quanto ao pagamento de comissão aos procuradores que trataram do recebimento das subvenções do Instituto o Conselho delibera: 1º) dividir entre os dois procuradores a comissão já prevista de 3%; 2º) que do corrente exercício em diante o Instituto providenciará diretamente o recebimento sem intermediários. Finalmente são aprovados os requerimentos de inscrição dos Senhores: Lopo de Carvalho Coelho Aramis Taborda Athayde Menotti del Picchia e Aderson Dutra de Almeida. Nada mais havendo a tratar é encerrada a reunião às doze horas, e para constar, eu, *Alberto de Oliveira*, Secretário, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão de Agricultura

As quinze horas do dia vinte e quatro de março do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador José Emílio, Presidente, presentes os Senhores Senadores Antônio Juca, Eugênio Barros, José Leite e Lopes da Costa, reúne-se a Comissão de Agricultura do Senado Federal.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida, aprovada.

Dando início a apreciação da matéria constante da pauta, o Senhor Presidente, concede a palavra ao Senhor Senador José Leite.

Com a palavra, o Senhor Senador José Leite, passa a emitir parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 79, de 1964, que "Proíbe a utilização de madeira de lei para transformação em carvão".

O Senhor Relator, ao concluir, opina pela rejeição do projeto.

Submetido à discussão e votação, sem restrições, é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, *J. Ney Passos Dantas*, Secretário, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão de Serviço Público Civil

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO) REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1965

As dezessete horas do dia vinte e quatro de março de mil novecentos e sessenta e cinco, presentes os Senhores Senadores José Feliciano, Victorino

Freire, Antônio Juca, Silvestre Péricles e Aurélio Vianna, no Salão Nobre do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Sigefredo Pacheco, Melo Braga e Aloysio de Carvalho.

De acordo com o preceito do parágrafo 3º, do Art. 81, do Regimento Interno, assume a Presidência o Senhor Senador Silvestre Péricles que declara instalados os trabalhos da Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente declara que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Senhor Presidente designa para funcionar como escrutinador o Senhor Senador José Feliciano.

Procedida a eleição verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senadores

Padre Calazans	3 votos
Aloysio de Carvalho	1 voto
Victorino Freire	1 voto

Para Vice-Presidente

Senadores

Victorino Freire	3 votos
Padre Calazans	1 voto
Sigefredo Pacheco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Padre Calazans e Victorino Freire.

Assumindo a presidência o Senhor Senador Victorino Freire, Vice-Presidente, agradece a seus pares a sua eleição, prometendo, sempre que exercer a presidência, fazê-la no mais estreito entendimento com os seus pares.

A seguir, o Senhor Presidente, comunica que as reuniões ordinárias da Comissão serão realizadas as terças-feiras, às quinze horas e designa para exercer as funções de Secretário da Comissão, o Auxiliar Legislativo, PL-7, José Ney Passos Dantas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, *J. Ney Passos Dantas*, Secretário, a presente ata que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros. — *Victorino Freire*. — *José Feliciano*. — *Antônio Juca*. — *Silvestre Péricles* e *Aurélio Vianna*.

Comissão de Redação

ATA DA 2ª REUNIÃO REALIZADA AOS 10 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1965.

As dezessete horas do dia dez do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Sessões, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Antônio Carlos, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Sebastião Archer, Walfredo Gurgel e Josaphat Marinho.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Dix Huit Rosado, Presidente da Comissão.

Tendo em vista a distribuição feita anteriormente ao Senhor Senador Josaphat Marinho dos projetos de Resolução que suspendem execução de leis, a Comissão aprova os seguintes pareceres de autoria daquele Senador:

1) redação final do Projeto de Resolução nº 11, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 3.334, de 31 de dezembro de 1958, do Estado de Pernambuco;

2) redação final do Projeto de Resolução nº 13, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 568, de 10 de outubro de 1951, do Estado da Paraíba;

3) redação final do Projeto de Resolução nº 14, de 1965, que suspende, em parte, a execução da Resolução nº 166, de 20 de outubro de 1955, da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco;

4) redação final do Projeto de Resolução nº 15, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 2.478, de 5 de novembro de 1962, do Estado de Alagoas;

5) redação final do Projeto de Resolução nº 16, de 1965, que suspende a execução do art. 14 da Lei nº 49-A, de 6 de dezembro de 1947, do Estado do Rio de Janeiro;

6) redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 1965, que suspende a execução do art. 9º do Decreto-Lei nº 2.063, de 7 de março de 1940;

7) redação final do Projeto de Resolução nº 19, de 1965, que suspende a execução do art. 20 do Decreto-Lei nº 544, de 28 de julho de 1945, do Estado da Bahia;

8) redação final do Projeto de Resolução nº 71, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 514, de 12 de dezembro de 1952, do Estado da Bahia;

9) redação final do Projeto de Resolução nº 73, de 1964, que suspende a execução do art. 1º, § 2º do Decreto-Lei nº 650, de 20 de junho de 1947, do Estado do Paraná;

10) redação final do Projeto de Resolução nº 74, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 168, de 10 de novembro de 1948, do Estado de Santa Catarina;

11) redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 543, de 6 de março de 1953, do Estado da Bahia;

12) redação final do Projeto de Resolução nº 76, de 1964, que suspende, em parte, a execução da Lei Municipal nº 563, de 1950, do antigo Distrito Federal;

13) redação final do Projeto de Resolução nº 77, de 1964, que suspende a execução do art. 168 da Lei nº 149, de 23 de dezembro de 1948 (Lei Orgânica dos Municípios) do Estado da Bahia;

14) redação final do Projeto de Resolução nº 80, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 31, de 31 de janeiro de 1955, do Estado do Paraná;

15) redação final do Projeto de Resolução nº 81, de 1964, que suspende a execução dos arts. 15, item IV e 21 do Código de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo;

16) redação final do Projeto de Resolução nº 82, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 15, de 26 de julho de 1960, do Estado do Paraná;

17) redação final do Projeto de Resolução nº 83, de 1964, que suspende a execução do Decreto nº 29.425, de 2 de maio de 1960, do Estado do Paraná;

18) redação final do Projeto de Resolução nº 85, de 1964, que suspende a execução do art. 169, da Constituição do Estado de Minas Gerais;

19) redação final do Projeto de Resolução nº 87, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 67, de 23 de novembro de 1960, do Município de Itapeva, Estado de São Paulo; e

20) redação final do Projeto de Resolução nº 93, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 271, de 3 de dezembro de 1956, do Estado de Santa Catarina.

A Comissão aprova ainda os seguintes pareceres de autoria do Senhor Senador Sebastião Archer:

1) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 1964 (nº 35-A/63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato celebrado aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e João Barbosa de Melo;

2) redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1964 (nº 4.866-B/62, na Casa de origem), que cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento com sede em Montes Claros, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências;

3) redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 287, de 1964 (nº 1.083-B/63, na Casa de origem), que denomina "Rodovia Lauro Müller" a atual BR-59, que liga o Estado do Paraná ao Rio Grande do Sul;

4) redação final do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Itajai, no Estado de Santa Catarina, a área de terras de 1.249,68m², situada naquela cidade junto ao prédio dos Correios e Telégrafos; e

5) redação final do Projeto de Lei do Senado nº 64, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos postais comemorativos do 1º centenário da morte de Gonçalves Dias.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, *Sarah Abrahão*, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO REALIZADA AOS 11 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1965.

(EXTRAORDINÁRIA)

As dezessete horas do dia onze do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Sessões, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Antônio Carlos, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Sebastião Archer, Walfredo Gurgel e Josaphat Marinho.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Dix Huit Rosado, Presidente da Comissão.

São aprovados os seguintes pareceres de autoria do Senhor Senador Walfredo Gurgel:

1) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 1964 (nº 70-A/61, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, aos 5 de outubro de 1953, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha e a firma Sociedade Técnica Construtora Ltda.; e

2) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 1964 (nº 75-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de acordo, de 28 de maio de 1954, celebrado entre o Governo da União e o Estado da Bahia.

Aprova-se ainda o parecer de autoria do Senhor Senador Josaphat Marinho que oferece a redação final do Projeto de Resolução nº 106 de 1964, suspendendo, com relação aos magistrados, a execução do art. 3º da Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO REALIZADA AOS 15 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1965.

(EXTRAORDINÁRIA)

As quinze horas e trinta minutos da tarde de quinze de março do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Sessões, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Walfredo Gurgel, presentes os Senhores Senadores Josaphat Marinho e Lobão da Silveira. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Dix-Huit Rosado, Presidente; Antônio Carlos, Vice-Presidente e Sebastião Archer.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Josaphat Marinho apresenta a redação do vencido para 2º turno do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1964, que determina elaboração de Plano de Aplicação dos recursos de que trata o art. 199 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO REALIZADA AOS 18 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1965.

(EXTRAORDINÁRIA)

As quatorze horas do dia dezoito do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Sessões, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Dix-Huit Rosado, Presidente, presentes os Senhores Senadores Walfredo Gurgel e Eurico Rezende.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Vice-Presidente; Sebastião Archer e Josaphat Marinho.

A Comissão aprova a redação, apresentada pelo Senhor Senador Walfredo Gurgel, o vencido (substitutivo de Plenário) ao Projeto de Lei da Câmara nº 324, de 1964 (nº 2.465-B/64, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização do Conselho Nacional de Serviço Social, fixa as respectivas atribuições, e dá outras providências, para discussão suplementar.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

sente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 6ª REUNIÃO REALIZADA AOS 18 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1965.

(EXTRAORDINÁRIA)

As vinte horas do dia dezoito do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reúne-se, extraordinariamente, na Sala das Sessões, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Presidente Senador Dix-Huit Rosado, presentes os Senhores Senadores Walfredo Gurgel, Josaphat Marinho e Sebastião Archer.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Antônio Carlos.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Walfredo Gurgel apresenta a redação para discussão suplementar do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1965 (nº 122-B/65, na Casa de origem), que estende o direito à prisão especial aos guardas-civis dos Estados e Territórios.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO REALIZADA AOS 18 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1965.

(EXTRAORDINÁRIA)

As vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezoito do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reúne-se, extraordinariamente, na Sala das Sessões, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Walfredo Gurgel, que eventualmente preside os trabalhos, presentes os Senhores Senadores Josaphat Marinho e Eurico Rezende.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Dix-Huit Rosado, Presidente; Antônio Carlos, Vice-Presidente e Sebastião Archer.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Josaphat Marinho apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1965 (nº 212-A/65, na Casa de origem), que concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional a fim de atender a convite do Governo da República do Paraguai.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD)
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)
 1º Secretário — Dinarte Maris (UDN)
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)
 1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)
 2º Suplente — Guido Mondin (PSD)
 3º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)
 4º Suplente — Raul Giuberti (PSP-ES)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. José Gomard — Acre | 13. Antônio Balbino — Bahia |
| 2. Lobão da Silveira — Pará | 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão | 14. Gilberto Marinho — Guanabara |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão | 15. Moura Andrade — São Paulo |
| 5. Victorino Freire — Maranhão | 16. Atilio Fontana — Santa Catarina |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí | 17. Guido Mondin — R. G. Sul |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará | 18. Benedito Valladares — M. Gerais |
| 8. Wilson Gurgel — R. G. Norte | 19. Filinto Müller — Mato Grosso |
| 9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás |
| 11. José Leite — Sergipe | 22. Pedro Ludovico — Goiás |

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Adalberto Sena — Acre | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco |
| 2. Oscar Passos — Acre | 11. José Ermirio — Pernambuco |
| 3. Vivaldo Lima — Amazonas | 12. Silvestre Fêricles — Alagoas |
| 4. Edmundo Levi — Amazonas | 13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas | 14. Nelson Maculan — Paraná |
| 6. Antônio Jucá — Ceará | 15. Mello Braga — Paraná |
| 7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais |
| 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso |

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 9. Afonso Arinos — Guanabara |
| 2. Joaquim Parente — Piauí | 10. Padre Calazans — São Paulo |
| 3. José Cândido — Piauí | 11. Adolpho Franco — Paraná |
| 4. Dinarte Mariz — R. G. Norte | 12. Irineu Bornhausen — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba | 13. Antônio Carlos — S. Catarina |
| 6. Rui Palmeira — Alagoas | 14. Daniel Krieger — R. G. Sul |
| 7. Heribaldo Vieira — Sergipe | 15. Milton Campos — Minas Gerais |
| 8. Eurico Rezende — E. Santo | 16. Lopes da Costa — Mato Grosso |

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	1
Total	66

BLOCOS PARTIDARIOS

Bloco Parlamentar Independente

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo:

Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder:

Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder:

Lino de Mattos (PTN)

Vice-Líderes:

Aurélio Vianna (PSB)

Júlio Leite (PR)

Josaphat Marinho (sem lege)

Aarão Steinbruch (MTR)

Miguel Couto (PSP)

Arnon de Mello (PDC)

Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves

Sigefredo Pacheco

Walfredo Gurgel

Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Barros Carvalho

Vice-Líderes:

Bezerra Neto

Oscar Passos

Antônio Jucá

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende

Adolpho Franco

Padre Calazans

Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá

Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto

Vice-Líder: Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Mattos

Vice-Líder: Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SÓ REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante: Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Vianna

AGRICULTURA

PSD

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Atilio Fontana

PTB

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

UDN

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

BPI

1. Aurélio Vianna

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PSD

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. José Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedito Valladares

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

UDN

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino

BPI

1. Aarão Steinbruch

TITULARES

1. Jefferson de Aguiar
2. Antônio Balbino
3. Wilson Gonçalves
4. Ruy Carneiro

TITULARES

1. Edmundo Levi
2. Bezerra Neto
3. Arthur Virgílio

1. Afonso Arinos
2. Heribaldo Vieira
3. Aloysio de Carvalho

1. Josaphat Marinho

DISTRITO FEDERAL

PSD

TITULARES

1. Pedro Ludovico
2. Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

PTB

1. Arthur Virgílio
2. Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Lino de Mattos

ECONOMIA

PSD

TITULARES

1. Atílio Fontana
2. José Feliciano
3. José Leite

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

PTB

1. José Ermírio
2. Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

UDN

1. Adolpho Franco
2. Lopes da Costa
3. Irineu Bornhausen

1. Zacarias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

BPI

1. Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

EDUCAÇÃO E CULTURA

PSD

TITULARES

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

PTB

1. Antônio Jucá
2. Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

UDN

1. Pedro Calazans
2. Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

BPI

1. Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

FINANÇAS

PSD

TITULARES

1. Vitorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Bezerra Neto
3. Pessoa de Queiroz
4. Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

UDN

1. Faria Tavares
2. Irineu Bornhausen
3. Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

PL

1. Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

BPI

2. Lino de Mattos
1. Aurélio Vianna

1. Josaphat Marinho
2. Miguel Couto

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PSD

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

PTB

1. Nelson Maculan
2. Barros Carvalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

UDN

1. Adolpho Franco
2. Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

BPI

1. Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

LEGISLAÇÃO SOCIAL

PSD

TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Walfredo Gurgel
3. Atílio Fontana
4. Eugênio Barros

SUPLENTE

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

PTB

1. Vivaldo Lima
2. Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

MINAS E ENERGIA

PSD

TITULARES

1. Benedicto Valladares
2. Jefferson de Aguiar

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

PTB

1. José Ermírio
2. Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

UDN

1. João Agripino
2. Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

BPI

1. Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

POLÍGONO DAS SÉCAS

PSD

TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Dix-Huit Rosado

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

UDN

1. João Agripino
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

PROJETOS DO EXECUTIVO

PSD

TITULARES

1. Wilson Gonçalves
2. José Guimard
3. Jefferson de Aguiar

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

PTB

1. José Ermírio
2. Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

UDN

1. João Agripino
2. Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

BPI

1. Lino de Mattos

1. Aurélio Vianna

PL

1. Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

REDAÇÃO

OSJ

TITULARES

1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

1. Edmundo Levi

UDN

1. Antônio Carlos

BPI

1. Josaphat Marinho
1. Dilton Costa

RELAÇÕES EXTERIORES

PSD

TITULARES

1. Benedicto Valladares
2. Filinto Müller
3. Menezes Pimentel
4. José Guimard

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

PTB

1. Pessoa de Queiroz
2. Vivaldo Lima
3. Oscar Passos

UDN

1. Antônio Carlos
2. José Cândido
3. Rui Palmeira

BPI

1. Aarão Steinbruch
1. Arnon de Mello

SAUDE

PSD

TITULARES

1. Sigefredo Pacheco
2. Pedro Ludovico

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

PTB

1. Dix-Huit Rosado

UDN

1. José Cândido

BPI

1. Miguel Couto
1. Lino de Mattos

SEGURANÇA NACIONAL

PSD

TITULARES

1. José Guimard
2. Victorino Freire

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

PTB

1. Oscar Passos
2. Silvestre Péricles

UDN

1. Zacarias de Asunção
2. Irineu Bornhausen

BPI

1. Aarão Steinbruch
1. Josaphat Marinho

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

PSD

TITULARES

1. Sigefredo Pacheco
2. Victorino Freire

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Filinto Müller

PTB

1. Mello Braga
2. Silvestre Péricles

UDN

1. Padre Calazans
2. Aloysio de Carvalho

BPI

1. Aurélio Vianna
1. Miguel Couto

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

PSD

TITULARES

1. Eugênio Barros
2. José Leite

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guimard

PTB

1. Mello Braga
1. Bezerra Neto

UDN

1. Lopes da Costa
1. Josaphat Marinho

BPI

1. Arnon de Mello
1. Irineu Bornhausen

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 551-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castefon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouvea Vieira, aprovado na sessão de 3 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963 do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (6) — Partidos

- Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretária: Oficial Legislativa, PL-10, Alexandre M. do A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONAUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONAUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 718-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.
Desagrada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº 158-63 do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) - Partidos

José Feliciano - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Antônio Jucá - PTB.
Padre Calazans - UDN.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.13.1961.

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves - PSD.
Leite Neto - PSD.
Sigeiredo Pacheco - PSD.
Argemiro de Figueiredo - PTB.
Edmundo Levi - PTB.
Adolpho Franco - UDN.
João Agripino - UDN.
Aurelio Viana - PSB.
Josaphat Marinho - Sem legenda.
Deputados:
Gustavo Capanema (Presidente) - PSD.
Adebal Jurema - PSD.
Laerte Vieira - UDN (Substituído pelo deputado Arnaldo Nogueira).
Heriberto Dias - UDN.
Doutor de Andrade - PTB.
Arnaldo Cerqueira - PSP.
Juares Pivora - PDC.
Ewildo Pinto - MTR.

I) Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Senadores:
Bezerra Neto - Presidente.
Alfonso Arinos - Vice-Presidente.
Jefferson de Aguiar - Relator.
Leite Neto.
Nelson Maculan.
Eurico Rezende.
Aurelio Viana.
Secretário: Aracy O'Reilly de Souza.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.
Prorrogada:
- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.
- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 719-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63 apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Benedicto Valladares - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
Daniel Krieger - UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) - UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente).
Heriberto Vieira - UDN.
Rui Palmeira - UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963).

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.
Alfonso Celso - PTB.
Nogueira da Gama - PTB.
Barros Carvalho - PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) - PL.
Mem de Sá - PL.
Josaphat Marinho - Sem legenda.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATERIAS DA COMPETENCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMATICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMATICAS COM PAISES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61 apr. em 14 de dezembro de 1961;

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1963.

Membros (16) - Partidos

Menezes Pimentel - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
Daniel Krieger - UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) - UDN.

Heriberto Vieira - UDN.
Lopes da Costa - UDN.
Silvestre Péricles (.....) - PTB.
Vivaldo Lima - PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) - PTB.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) - Relator - PTB.
Aloysio de Carvalho - PL.
Lino de Matos - PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO POR POSTO DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMATICA DE CARATER PERMANENTE).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

- até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

- até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) - Partidos

Menezes Pimentel - PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Daniel Krieger - UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Milton Campos - UDN.
Heriberto Vieira (Vice-Presidente) - UDN.

Lopes da Costa - UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) - Relator - PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) - PTB.

Vivaldo Lima - PTB.
Aloysio de Carvalho - PL.
Lino de Matos - PTN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

- até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.141-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) - Partidos

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD.
Menezes Pimentel - PSD.
Fúlvio Muller - PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD.

Daniel Krieger (Relator) - UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Milton Campos - UDN.
Heriberto Vieira - UDN.
Rui Palmeira - UDN.
Amaury Silva - 23 de abril de 1963) - PTB.

Barros Carvalho - PTB.
Argemiro de Figueiredo - PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.

Aloysio de Carvalho - PL.
Lino de Matos - PN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1961.
Prorrogada:

- até 10 de dezembro de 1963 pelo Req 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Req 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Milton Campos - UDN.
Heriberto Vieira - UDN.
Lopes da Costa - UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.
Nogueira da Gama - PTB.
Barros Carvalho - PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) - S. leg.
Aloysio de Carvalho - PL.
Lino de Matos - PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 784-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Req 1.143-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Milton Campos - UDN.
Heriberto Vieira - UDN.
Lopes da Costa - UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.
Nogueira da Gama - PTB.
Barros Carvalho - PTB.
Aloysio de Carvalho - PL.
Miguel Couto - PSP.
Cátete Pinheiro (23 de abril de 1963) - PTN.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONTRIBUIÇÃO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962 pelo Req 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req 1.144-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963

Completada em 29 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Ruy Carneiro - PS.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
 João Agripino (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) - Relator - PSB.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
 Prorrogada:
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 186-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.140-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
 Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira Vice-Presidente - UDN.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - Relator - UDN.
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - Presidente - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Lino de Matos - PTN.
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 - ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
 Prorrogada:
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
 Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PS.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.

Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO NOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
 Prorrogada:
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
 Menezes Pimentel - Presidente.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Josaphat Marinho - (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
 (23 de abril de 1963) - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.
 Miguel Couto (23 de abril de 1963) - PSP.

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62
 Prorrogada:
 - até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
 Completada em 23.4.63

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - Relator - PSD.
 Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Josaphat Marinho - (23.4.63) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Eurico Rezende - (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) - Presidente - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.
 Júlio Leite (23.4.63) - PR.

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.
 Prorrogada:
 - até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63 aprovada em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Ruy Carneiro - PSD.
 Pedro Ludovico - PSD.
 Wilson Gonçalves (23-4-63) - PSD.
 Benedito Valladares - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Eurico Rezende (23-4-63) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 João Agripino (23-4-63) - UDN.
 Amaury Silva (23.4.63) - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.
 Raul Gluberti - PSP.

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - Relator - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Silvestre Péricles - PTB.
 Argemiro de Figueiredo - PTB.
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.
 Aloysio de Carvalho - PL.

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)
 Designada em 23.4.63
 Prorrogada:
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63 aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - Presidente - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.
 Silvestre Péricles - PTB.
 Artur Virgílio - PTN.
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.
 Milton Campos - Relator - UDN.
 João Agripino - UDN.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.
 Aloysio de Carvalho - PL.

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.

Leite Neto - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.
 Vaga do Senador Eduardo Catalão - Vice-Presidente - PTB.
 Vaga do Senador Eduardo Assis - Presidente - PTB.
 Eurico Rezende - Presidente - PTB.
 Milton Campos - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Josaphat Marinho - Relator - PL.
 Em Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.8.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.
 Silvestre Péricles - PTB.
 Adalberto Sena - PTB.
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.
 João Agripino - UDN.

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Vaga do Senador Humberto Neder - PTB.
 Argemiro de Figueiredo - PTB.
 Eurico Rezende - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.

Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63
 Prorrogado até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 José Feliciano - PSD.
 Walfrido Gurgel - PSD.
 Argemiro de Figueiredo - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Silvestre Péricles - PTB.
 Edmundo Lévi - PTB.
 Eurico Rezende - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Aloysio de Carvalho - UDN.

Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Raul Gluberti — PSD
José Leite — PR

2-2) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERENCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfredo Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Pêrales — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Júlio Leite — PR

Z-3) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

Designada em 22.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
José Feliciano — PSD
Wilson Gonçalves — PSD

Bezerra Neto — PTB
Edmundo Levi — PTB
Argemiro Figueiredo — PTB
Melo Braga — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda.

Aurélio Vianna — PTB
Júlio Leite — PR

Z-4) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/64

(Eleição automática do Vice-Presidente com o Presidente da República).

Designada em 28.2.1964

Jefferson de Aguiar (PSD).
Ruy Carneiro (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Wilson Gonçalves (PSD).
José Feliciano (PSD).
Bezerra Neto (PTB).
Arthur Virgílio (PTB).
Antônio Jucá (PTB).
Oscar Passos (PTB).
Antônio Carlos (UDN).
Aloysio de Carvalho (PL).
Eurico Rezende (UDN).
Milton Campos (UDN).
Josaphat Marinho (BPD).
Júlio Leite (BPD).
Aurélio Vianna (BPD).

Z-5) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/64

(Da nova redação à alínea g, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

— os membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;
— os membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Designada em 28.5.1964
Jefferson de Aguiar (PSD).
Antônio Balbino (PSD).
Wilson Gonçalves (PSD).
Ruy Carneiro (PSD).
Menezes Pimentel (PSD).
Edmundo Levi (PTB).
Bezerra Neto (PTB).
Arthur Virgílio (PTB).
Oscar Passos (PTB).
Afonso Arinos (UDN).
Milton Campos (UDN).
Eurico Rezende (UDN).
Aloysio de Carvalho (PL).
Josaphat Marinho (BPD).
Aurélio Vianna (BPD).
Aarão Steinbruch (EPD).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963
— Prazo — 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:

— Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63 do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

— por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto (Presidente) — PSD
Nelson Maculan — PTB
João Agripino (Relator) — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo — até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963

Membros (11) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto — PSD
Abílio Fontana — PSD
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD

Arthur Virgílio — PTB
Bezerra Neto (8.11.63) — Vice-Presidente — PTB

Melo Braga — PTB
João Agripino — UDN
Daniel Krieger — UDN

Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Aurélio Vianna — PSB

Secretário Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.

PREÇO DESTES NÚMEROS C-31